

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PSICOLOGIA

GABRIEL FERREIRA ROCHA

**PRÁTICAS CULTURAIS E ANSIEDADE: UMA PERSPECTIVA  
ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL DO SOFRIMENTO  
PSICOLÓGICO**

GOIÂNIA  
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

**1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)**

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): GABRIEL FERREIRA ROCHA

Título do trabalho: **PRÁTICAS CULTURAIS E ANSIEDADE: UMA PERSPECTIVA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL DO SOFRIMENTO PSICOLÓGICO**

**2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [ X ] SIM [ ] NÃO<sup>1</sup>**

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

**Casos de embargo:**

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

**Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**

---



Documento assinado eletronicamente por **Ana Idalina De Paiva Silva, Professora do Magistério Superior**, em 05/02/2024, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Ferreira Rocha, Discente**, em 08/02/2024, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4363240** e o código CRC **30F4BEDB**.

---

GABRIEL FERREIRA ROCHA

**PRÁTICAS CULTURAIS E ANSIEDADE: UMA PERSPECTIVA  
ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL DO SOFRIMENTO  
PSICOLÓGICO**

Trabalho apresentado como requisito para conclusão do  
Curso de Graduação em Psicologia pela Faculdade de  
Educação da Universidade Federal de Goiás sob  
orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Ana Idalina de Paiva Silva.

GOIÂNIA

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Rocha, Gabriel Ferreira

Práticas culturais e ansiedade: [manuscrito] : uma perspectiva analítico-comportamental do sofrimento psicológico / Gabriel Ferreira Rocha. - 2024.

LIX, 59 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Ana Idalina de Paiva Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Psicologia, Goiânia, 2024.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras.

1. análise do comportamento. 2. behaviorismo radical. 3. praticas culturais. 4. psicopatologia. 5. ansiedade. I. Silva, Ana Idalina de Paiva , orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE  
EDUCAÇÃO

## ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao(s) cinco dia(s) do mês de fevereiro do ano de 2024 iniciou-se a sessão pública de desfeito Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “**PRÁTICAS CULTURAIS E ANSIEDADE: UMA PERSPECTIVA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL DO SOFRIMENTO PSICOLÓGICO**”, de autoria de Gabriel Ferreira Rocha, do curso de Psicologia, do(a) Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Profa. Dra. Ana Idalina de Paiva Silva - orientadora (FE/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Profa. Dra. Elisa Tavares Sanabio Heck (FE/UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do(a) estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 10 (DEZ), tendo sido o TCC considerado APROVADO.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Idalina De Paiva Silva, Professora do Magistério Superior**, em 05/02/2024, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elisa Tavares Sanabio Heck, Professora do Magistério Superior**, em 07/02/2024, às 21:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4362310** e o código CRC **7E30D05E**.

Referência: Processo nº 23070.002977/2024-

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir como algumas práticas culturais podem influenciar e manter comportamentos ansiosos. Entende-se que existe uma lacuna significativa em estudos analítico-comportamentais que contemplem o nível de seleção cultural em ansiedade psicopatológica. Busca-se fundamentar a análise a partir das bases epistemológicas do behaviorismo radical. Além disso, discute-se o entendimento de ansiedade enquanto fenômeno comportamental, considerando sua manifestação psicopatológica. Defende-se que as práticas culturais também incidem em como o fenômeno da ansiedade patológica é entendido. Assim, foi utilizada a pesquisa bibliográfica de textos de mesmo viés teórico, sendo selecionados artigos de periódicos e textos clássicos com influência no debate acerca do tema. O desenvolvimento dos objetivos a partir desses textos permitiu constatar que a análise do comportamento pode investigar algumas das práticas culturais associados a ansiedade psicopatológica. Destacamos as práticas culturais individualistas, coerção e desigualdades. Dessa forma, ressalta-se a importância de mais pesquisas que abordem o tema a partir de modelos empíricos e conceituais, visto a amplitude, complexidade e relativa baixa produção acadêmica.

**Palavras-chave:** análise do comportamento; behaviorismo radical; praticas culturais; psicopatologia; ansiedade.

## **ABSTRACT**

The aim of this paper is to discuss how some cultural practices can influence and maintain anxious behavior. It is understood that there is a significant gap in behavior-analytic studies that consider the level of cultural selection in psychopathological anxiety. The analysis is based on the epistemological foundations of radical behaviorism. In addition, the understanding of anxiety as a behavioral phenomenon is discussed, considering its psychopathological manifestation. It is argued that cultural practices also have an impact on how the phenomenon of pathological anxiety is understood. Bibliographical research of texts with the same theoretical bias was therefore used, selecting journal articles and classic texts that have influenced the debate on the subject. The development of the objectives based on these texts allowed us to see that behavior analysis can investigate some of the cultural practices associated with psychopathological anxiety. We highlight individualistic cultural practices, coercion and inequalities. This highlights the importance of further research into the subject based on empirical and conceptual models, given the breadth, complexity and relatively low academic output.

**Keywords:** behavior analysis; radical behaviorism; cultural practices; psychopathology; anxiety.

## **AGRADECIMENTOS**

Certamente, conquistas são realmente satisfatórias quando reconhecemos que nosso esforço em prol de um objetivo e nossa alegria são condições vivenciadas coletivamente.

Agradeço a minha esposa Hadassa, companheira de vida e melhor amiga. Sou muito grato por tê-la presente na minha jornada acadêmica.

Agradeço aos meus queridos pais, Gilson e Cristiany que sempre me apoiaram na decisão de estudar e geraram condições para que pudesse realizar esse sonho. Não me esqueço da minha irmã, Taynara, com quem compartilho meu sangue e minha alegria.

Sou grato aos meus maravilhosos avós Divino, Nazaré, José e Neide que me ajudaram durante os anos de graduação e que sempre estiveram ao meu lado.

Agradeço às amizades que, durante o curso, ajudaram a suportar os desafios e hoje compartilhamos a mesma satisfação de concluir uma importante etapa das nossas vidas.

Sou muito grato às professoras e professores que foram grandes mestres na minha formação acadêmica e ética como psicólogo.

Agradeço a toda a minha família que me motivou a concluir este curso.

Com muita importância, agradeço a Deus!

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro 1</b> – Palavras-chave utilizadas na pesquisa bibliográfica .....	15
<b>Figura 1.</b> Esquema representativo do comportamento operante. ....	22
<b>Figura 2</b> - Diagrama ilustrando a definição de comportamento social .....	25
<b>Figura 3</b> - Exemplo de treino de relações simbólicas entre objeto, palavra falada e palavra escrita. ....	38
<b>Figura 4</b> - Possíveis relações funcionais entre eventos ambientais e a resposta ansiosa .....	41
<b>Gráfico 1</b> - Correlação entre desigualdade de renda e transtornos mentais.....	51

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
MÉTODO .....	14
1. BASES FILOSÓFICAS E TEÓRICAS DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO.....	16
1.1 O BEHAVIORISMO RADICAL COMO FILOSOFIA DA CIÊNCIA.....	16
1.2 A CIÊNCIA DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO .....	20
1.3 ANÁLISE COMPORTAMENTAL DA CULTURA .....	23
2. PERSPECTIVAS EM PSICOPATOLOGIA .....	28
2.1 MODELO MÉDICO E QUASE-MÉDICO DE PSICOPATOLOGIA .....	28
2.2 MODELO BEHAVIORISTA RADICAL DE PSICOPATOLOGIA .....	33
2.3 ANSIEDADE PSICOPATOLÓGICA ENQUANTO FENÔMENO COMPORTAMENTAL.....	36
3. PRÁTICAS CULTURAIS E ANSIEDADE .....	42
3.1 INDIVIDUALISMO E MODERNIDADE .....	42
3.2 COERÇÃO E DESIGUALDADES.....	48
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55

## INTRODUÇÃO

No Brasil, existem dados alarmantes sobre os índices de transtornos de ansiedade. Segundo relatório da OMS de 2017, o Brasil é o país mais ansioso do mundo. No relatório, estima-se que 9,3% da população brasileira é diagnosticada com algum transtorno de ansiedade, ou seja, aproximadamente 9 a cada 100 pessoas. Enquanto isso, a média mundial é de 3,6% de pessoas com esses transtornos (OMS, 2017).

Em Costa et al. (2019), que apresenta estudo transversal de base populacional sobre transtornos de ansiedade em adultos de 18 a 35 anos, há resultados que indicam a prevalência de 27,4% numa amostra de 1.953 de brasileiros. Essa alta prevalência, quando comparada a outros estudos, pode ser explicada pela característica da amostra composta por pessoas jovens. Os autores concluíram que esses transtornos são muito frequentes em adultos jovens. Fatores associados a esses transtornos que foram registrados são, principalmente, condições socioeconômicas, uso de álcool e de tabaco. Além disso, mulheres apresentaram maior prevalência, quando comparadas aos homens. Essa maior prevalência pode ser explicada por pressões sociais, bem como jornada de trabalho com renda inferior associada ao cuidado familiar. Além disso, existem altos índices de violência e ameaça contra integridade das mulheres, o que pode estar relacionados aos altos níveis de transtornos de ansiedade e relatos de medo e angústia (WAISELFISZ, 2012 apud COSTA et al., 2012)

Também segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2019, 301 milhões de pessoas foram diagnosticadas com transtornos de ansiedade no mundo. Já em 2020 este número aumentou significativamente devido à pandemia de COVID-19. Antes da pandemia, estimava-se que 298 milhões de pessoas sofriam com ansiedade. Após o ajustamento para a pandemia de COVID-19, as estimativas iniciais mostram um salto para 374 milhões de pessoas com transtornos de ansiedade. Isto representa um aumento de 26% do número de pessoas com esses transtornos em apenas um ano (OMS, 2022).

A pandemia de COVID-19 teve impacto no agravamento de condições socioculturais adoecedoras. Ainda segundo esse relatório da OMS, em todo o mundo, registrou-se um maior aumento na incidência de transtornos de ansiedade nas mulheres em comparação aos homens. Também foi registrado mundialmente um aumento significativo no número de jovens com esses transtornos, o que pode ser explicado pelas restrições sociais e o ensino remoto. (OMS, 2022).

É importante ressaltar que a ansiedade é um termo genérico que compõe boa parte das queixas clínicas em serviços de saúde mental. Essas queixas podem ser referentes a fatores diversos, como eventos privados dos sujeitos ou processos comportamentais que geram a

ansiedade. Além disso, esse estado pode ser associado a condições agradáveis quando há espera de reforço positivo, tais como sensação de ansiedade pela viagem tão aguardada ou espera pela chegada de uma encomenda importante. No entanto, são predominantes as demandas referentes à ansiedade por eventos aversivos que geram grande sofrimento e que são atendidas pelos serviços de saúde (ZAMIGNANI; BANACO, 2005).

A ansiedade esteve ligada a diversos transtornos mentais ao longo da história dos Manuais Diagnósticos e Estatísticos de Transtornos Mentais, DSMs, especialmente a partir do DSM-III (FROTA et al., 2022). Na atual versão, DSM-5-TR, existe um grupo de transtornos denominado “transtornos de ansiedade”, no qual são descritos 12 diagnósticos: transtorno de ansiedade de separação; mutismo seletivo; fobia específica; transtorno de ansiedade social; transtorno de pânico; agorafobia; transtorno de ansiedade generalizada; transtorno de ansiedade induzido por substância/medicamentos; transtorno de ansiedade devido outra condição médica; transtorno de ansiedade especificado; transtorno de ansiedade não especificado. Todos esses diagnósticos carregam semelhanças pela manifestação de queixas ligadas a constante antecipação de eventos e resposta emocional frente a ameaças de forma prejudicial e excessiva (APA, 2022).

Zamignani e Banaco (2005) defendem que a ansiedade se torna um fenômeno de demanda clínica em três principais condições: a) quando está ligada a comprometimento da funcionalidade social, acadêmica profissional e etc.; b) quando implica em sofrimento significativo pela queixa do sujeito; c) quando as respostas de fuga e esquiva passarem a tomar tempo excessivo do sujeito, por meio de evitação e eliminação de estímulos. No entanto, existem diferentes maneiras de compreender e estudar os fenômenos ligados à ansiedade em nível psicopatológico, tanto a partir de modelos médicos, como pela literatura psicológica. Nesse sentido, entendemos que os eventos que são definidos como ansiedade são clinicamente significativos a partir do momento que geram sofrimento subjetivo, emocional e somático em excesso. As queixas de ansiedade guardam também uma relação com o medo. Enquanto o medo é uma resposta frente a percepção de um ameaça concreta e iminente, a ansiedade é comumente definida como uma resposta de antecipação a possíveis estímulos aversivos (APA, 2022; GENTIL, 1997 apud ZAMIGNANI; BANACO, 2005).

Tendo em vista o grande impacto das queixas de ansiedade nos serviços de saúde e o crescente número de diagnósticos de transtornos de ansiedade, é importante buscar compreensão sobre esses fenômenos. Pelo grande aumento dessas queixas, existe relevância em se estudar o conceito dos comportamentos ansiosos em nível cultural. A ansiedade não pode, nesse sentido, ser enfrentada apenas por meio do estudo das variáveis individuais, pois essa alta

incidência indica que as práticas culturais têm forte peso na complexidade desse fenômeno (BACKSCHAT; LAURENT, 2020).

O objetivo deste trabalho, nesse sentido, é responder como a ansiedade psicopatológica pode ser explicada pela análise comportamental da cultura, ou seja, como o nível de seleção cultural participa no surgimento e manutenção dos comportamentos ansiosos. Optou-se por priorizar o nível cultural de seleção dos comportamentos ansiosos, não só pelo aumento de queixas clínicas e diagnósticos de transtornos de ansiedade no mundo moderno, mas também pelo baixo número de trabalhos com esse enfoque no Brasil (BACKSCHAT; LAURENT, 2020).

Também são objetivos específicos deste trabalho:

- a) Elucidar brevemente os pressupostos filosóficos do Behaviorismo Radical e discutir alguns fundamentos teóricos e conceituais da Análise do Comportamento;
- b) Apresentar as visões de psicopatologia nos modelos médicos e no modelo da análise do comportamento para conceituar a ansiedade psicopatológica;
- c) Discutir como a análise comportamental da cultura pode explicar os comportamentos ansiosos na modernidade e investigar algumas práticas culturais que mantêm e aumentam esses fenômenos.

Buscando responder esse problema de pesquisa, este trabalho é dividido em três capítulos. O primeiro é destinado a subsidiar teoricamente a pesquisa a partir das bases filosóficas e teórico-conceituais da análise do comportamento, além de contemplar o campo de estudos da análise comportamental da cultura. O segundo capítulo busca destrinchar o entendimento de psicopatologia no modelo médico, quase-médico e no modelo da análise do comportamento para conceituar a ansiedade psicopatológica. Por fim, o terceiro capítulo dedica-se a responder como a Análise Comportamental da Cultura pode explicar o aumento de queixas de ansiedade na modernidade.

## MÉTODOS

Este trabalho se propõe como uma pesquisa de caráter conceitual no campo da Análise do Comportamento. Tomamos como base os pressupostos filosóficos e teórico-conceituais da Análise do Comportamento para responder ao problema de pesquisa. A partir da elucidação de conceitos centrais da teoria comportamental, parte-se para uma interpretação de como esse campo teórico explica os fenômenos da ansiedade psicopatológica ligados a práticas culturais.

Defende-se que a investigação das redes de conceitos possibilita uma ampliação e aprimoramento das teorias psicológicas, além de fornecer uma análise crítica sobre a complexidade dos fenômenos psicológicos que buscam ser estudados. Evitar a reprodutibilidades de erros ou vieses prejudiciais na pesquisa em psicologia também é objetivo para uma pesquisa que trabalhe com conceitos.

Certamente, a metodologia que se mostra mais adequada para o problema desta pesquisa é a pesquisa bibliográfica. As pesquisas por produções bibliográficas foram realizadas nos buscadores Scielo, Pepsic e Google Acadêmico e tiveram como buscadores palavras específicas para cada objetivo específico, que serão apresentadas a seguir. Outros textos foram priorizados devido seu caráter clássico no campo da Análise do Comportamento, tendo grande impacto nas pesquisas atuais. É importante ressaltar que muitos trabalhos foram encontrados a partir das referências de outros trabalhos relevantes para esta pesquisa. No quadro seguinte, há uma disposição ilustrativa das palavras chave buscadas para o desenvolvimento de cada capítulo:

**Quadro 1** – Palavras-chave utilizadas na pesquisa bibliográfica

<b>Temática de cada capítulo</b>	<b>Palavras-Chave</b>
Objetivo no capítulo 1	Pressupostos filosóficos do Behaviorismo Radical; pressupostos teóricos da Análise do Comportamento; Análise do Comportamental da Cultura; Práticas Culturais; Comportamento Social, Contingências entrelaçadas
Objetivo no capítulo 2	Psicopatologia; transtornos de ansiedade; história dos transtornos de ansiedade; modelo médico; modelo quase-médico; psicopatologia e análise do comportamento, ansiedade e análise do comportamento.
Objetivo no capítulo 3	Práticas culturais; modernidade; individualismo; coerção; desigualdade; ansiedade e análise do comportamento; análise comportamental da cultura.

## 1. BASES FILOSÓFICAS E TEÓRICAS DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Como fundamentação teórica para o intento de responder ao problema de pesquisa, é preciso iniciar com a discussão sobre alguns dos pressupostos filosóficos e teórico-conceituais da Análise do Comportamento. Esse campo é definido como uma ciência básica e aplicada que busca interpretar, explicar, prever e controlar o comportamento. Como um modelo científico, as bases filosóficas e metodológicas estão nos pressupostos do Behaviorismo Radical (SKINNER, 1974/1976 apud LEONARDI, VELASCO; 2018, p.71).

### 1.1 O BEHAVIORISMO RADICAL COMO FILOSOFIA DA CIÊNCIA

O termo *behavior* é de origem inglesa e é traduzido para o português como comportamento. Tourinho (2011) faz uma retomada histórica dos fundamentos do Behaviorismo Radical a partir do campo de estudo do comportamento animal iniciado por Edward Lee Thorndike (1874–1949 apud TOURINHO, 2011). Antes mesmo do famoso manifesto de John B. Watson intitulado *A psicologia como o behaviorista a vê*, os estudos do comportamento animal por meio de uma perspectiva selecionista começaram a tomar forma com Thorndike. A lei do efeito foi proposta por esse autor como uma conexão entre um ato situacional com algum prazer resultante dessa ação.

No lugar de ater-se a pormenores da topografia da resposta, a propriedades como latência ou força da resposta, a lei do efeito sugeria que o cientista do comportamento deveria voltar sua atenção para mudanças na probabilidade da resposta, como função de mudanças na ‘satisfação’ do organismo produzida por sua ação (TOURINHO, 2011, p. 187).

Nota-se que Thorndike se vale de uma análise internalista do efeito prazeroso que alteraria a frequência do comportamento. O modelo de Thorndike carrega semelhanças importantes com os estudos que, após algumas décadas, foram foco do pesquisador Skinner em sua proposta científica de entendimento do comportamento humano. Dentre outros motivos, o modelo Skinneriano propôs inovações por dar ênfase na seleção do comportamento por consequências, opondo-se ao mecanismo clássico defendido por John B. Watson (TOURINHO, 2011).

Apesar de Skinner contrapor-se ao modelo de causalidade mecânica de J. B. Watson, esse último foi um importante pesquisador no campo comportamental por defender o estudo do comportamento a partir das respostas reflexas. O termo Behaviorismo foi empregado de maneira formal pela primeira vez em 1913 por Watson. Por ser um modelo inicial do estudo

comportamental humano e se basear unicamente num paradigma de causalidade reflexa, esse campo é comumente definido como behaviorismo clássico ou metodológico. Atualmente, quase todos os pesquisadores e profissionais que se designam como behavioristas estão tomando como referência o Behaviorismo Radical, de B. F. Skinner (MOREIRA; MEDEIROS, 2019).

O behaviorismo de Watson é definido como mecanicista por considerar que o responder do organismo é explicado por estímulos que antecedem o comportamento, de modo a determiná-lo. Nesse sentido, o evento antecessor é unidirecional e invariável. O modelo de ser humano no behaviorismo mecanicista é, portanto, uma concepção reativa em que há uma determinação direta e não probabilística entre estímulos e respostas (TOURINHO, 2011).

Em contraposição ao mecanicismo, o selecionismo prioriza o modelo de explicação do comportamento por meio de sua função. Ou seja, o comportamento é influenciado pelas suas consequências. Nesse sentido, há uma marcação do comportamento como parte do ambiente, integrando a complexa rede funcional entre estímulos e respostas que se alternam. Essa é a premissa básica de enxergar o comportamento como multideterminado numa relação funcional. A partir disso, o conceito de comportamento operante toma forma.

O conceito de comportamento operante é o conceito basilar desta concepção de homem. A relação entre comportamento e consequência que caracteriza o conceito de operante diz que o comportamento produz consequências e que estas, por sua vez, determinarão aquele mesmo comportamento. [...] Se concretiza uma relação 'causal' especial: a consequência depende do comportamento e, ao mesmo tempo, o determina. Lembrando que comportamento é classe de respostas, esta relação 'causal' não se esgota em um número definido de instâncias: o comportamento está continuamente produzindo as condições de sua produção. (SÉRIO, 1997, p. 210).

No modelo causal selecionista entende-se que o comportamento é variável. Enquanto que no esquema Watsoniano o comportamento é invariável e determinado de forma reativa, para o selecionismo existe uma relação probabilística. Nesse sentido, o estímulo é um elemento ambiental que altera a probabilidade da frequência comportamental diminuir ou aumentar. Como exemplo, é possível imaginar que existe uma dependência funcional entre estímulo e resposta, como numa via de mão dupla. O estudo dos estímulos antecedentes e das consequências do comportamento operante retomaram algumas das conclusões de Thorndike quarenta anos antes do modelo skinneriano (SKINNER, 1938 apud TOURINHO, 2011).

Nesse contexto, o Behaviorismo Radical tem essa terminologia por voltar-se aos princípios básicos do comportamento humano. O behaviorismo mecanicista de Watson não negava a vida mental, apenas não via a mente como um objeto de estudo para uma psicologia que se pretendia científica. O termo radical surge como forma de enfatizar a perspectiva monista do comportamento, na qual o organismo e o ambiente não são separados, mas são elementos de

um mesmo processo. A palavra radical vem do latim *radicalis* e remete à raiz. Nesse sentido, a escolha do termo radical é referente a proposta de estudo do comportamento como princípio elementar do ser humano. O monismo rejeita, portanto, as proposições de causalidade interna do comportamento.

Outra distinção no desenvolvimento do Behaviorismo Radical é o fato de ser uma filosofia que busca compreender o comportamento humano integralmente, não se afastando da complexidade com a qual os fenômenos subjetivos e privados se apresentam. Enquanto Watson não estudava a mente por entendê-la como objeto inacessível, Skinner propõe uma perspectiva monista materialista na qual é negada a existência de uma mente. Apesar disso, Skinner foca seus estudos também nos comportamentos privados como sensações, emoções, cognições, pensamentos, sonhos e etc. Os eventos subjetivos, que são comumente representados como causas internas do comportamento, são comportamentos complexos e objeto de estudo do analista do comportamento. Isso significa que esses eventos privados são da mesma natureza dos comportamentos públicos (LEONARDI, VELASCO; 2018).

Skinner (2003) se contrapõe à noção dualista e mentalista de causalidade interna do comportamento. Segundo o autor, existem comumente a atribuição de causas neurais, causas psíquicas e causas conceituais. As causas neurais são utilizadas frequentemente a partir de inferências que relacionam os aspectos fisiológicos aos comportamentos. Por exemplo, o termo do senso comum “nervos a flor da pele” para explicar a causa do sentimento de raiva. A causa psíquica é definida como uma estrutura mental que determina o comportamento, negando os antecedentes causais. Um exemplo disso é a afirmação de que o sujeito está inquieto por ter uma personalidade ansiosa. Já as causas conceituais são as relacionadas ao modo de explicar o comportamento humano atrelado a eventos que não o controlam. São as explicações pleonásticas e circulares, como por exemplo, a explicação de que o fumante fuma por ter vício. Sobre esse aspecto, Moreira e Medeiros destacam:

Ao ver o ser humano como um organismo que não difere dos outros em essência, abrimos a possibilidade de estudar todos os seus comportamentos utilizando as mesmas ferramentas de análise das demais ciências naturais. O comportamento humano, por mais complexo que seja, é um objeto de estudo que pode ser descrito por leis naturais, da mesma forma como os objetos de estudo da física, da química e da biologia, por exemplo. Desse modo, para o Behaviorismo Radical, não há necessidade de recorrer a explicações para o comportamento baseadas em outros processos internos não observáveis em adição às explicações baseadas na interação entre o organismo e o ambiente (2019, p. 214).

É importante ressaltar que existe um claro enfoque externalista na filosofia behaviorista radical. Esse recurso metodológico se justifica por que não é possível compreender o

comportamento de nenhum sistema unicamente focado no interior dele. É preciso entender as forças que operam sobre o organismo e que agem por fora. Nesse sentido, a análise funcional faz a observação das variáveis externas das quais o comportamento é função. A partir disso, é possível fazer uma separação entre variável dependente e variável independente. A variável dependente é o efeito do qual se procura a causa, enquanto a variável independente é a condição externa – causa do comportamento (SKINNER, 2003).

Um importante referencial teórico para o Behaviorismo é a influência darwinista da seleção natural. Como uma tentativa de estabelecer uma psicologia nos moldes de uma ciência natural, Skinner se baseou na transformação das espécies. Exemplos disso são a variação aleatória da população e a seleção de algumas dessas variações ao longo das gerações das espécies (LEONARDI; VALESCO, 2018). Skinner (1981) desenvolve três níveis de seleção do comportamento a partir da filogênese, ontogênese e cultura.

A seleção filogenética se aproxima significativamente dos estudos de Darwin, dando foco no comportamento como unidade de análise da psicologia.

A filogênese refere-se a variação e seleção genéticas, produto de milhões de anos de evolução. Neste nível, foram selecionadas aquelas características que todos os organismos de uma determinada espécie compartilham, tais como a estrutura anatomofisiológica, os mecanismos motivacionais e a sensibilidade a estímulos, o que possibilita diferentes processos de aprendizagem. Além disso, a filogênese também é responsável pelo surgimento e evolução de comportamentos inatos, como os reflexos incondicionados, tropismos, cineses, tatismos e padrões fixos de ação (MOORE, 2008 apud LEONARDI, 2016, p. 48)

Os comportamentos reflexos inatos, ou seja, as relações comuns entre respostas eliciadas por estímulos, são entendidos numa perspectiva behaviorista radical também a partir do selecionismo e não pelo mecanicismo. Isso significa que, ao ampliar o escopo de análise no nível filogenético, é possível relacionar as respostas reflexas geneticamente selecionadas ao paradigma selecionista. Nesse sentido, os padrões de respostas inatas são mantidos por reforçamento e entendidos numa relação complexa com o ambiente ao longo de variações genéticas no curso de milhões de anos.

Já o nível ontogenético se refere ao processo em que cada sujeito adquire um repertório comportamental idiossincrático ao longo de sua história de vida. Esse repertório é formado tanto por condicionamento respondente, quanto por condicionamento operante. Nos condicionamentos respondentes, as relações comportamentais são formadas por um emparelhamento entre eventos neutros junto a estímulos eliciadores, de forma que os estímulos que antes eram neutros, passam também a ter função eliciadora. Já os comportamentos operantes são aprendidos e modificados na seleção ambiental. Para a filogênese, a

sobrevivência da espécie é o fator que seleciona comportamentos, enquanto que na ontogênese os comportamentos são reforçados por eventos do ambiente que aumentam a probabilidade da emissão dessas respostas (LEONARDI, 2016).

O terceiro nível de seleção é o cultural e diz respeito às contingências mantidas por um grupo. O comportamento verbal e o controle por regras têm um papel fundamental no conceito do terceiro nível de seleção. A aprendizagem de comportamentos passou a ser ampliada mediante a habilidade de descrição verbal de contingências por pessoas num grupo, uma vez que no curso da espécie, surgiram condições favoráveis à linguagem. É importante ressaltar que o custo de aprendizagem passou a ser bem menor para os indivíduos. O comportamento verbal, nesse sentido, possibilita aprendizagem sem necessariamente uma exposição direta às contingências descritas (LEONARDI, 2016).

No entanto, é importante ressaltar que os níveis de seleção não constituem naturezas diferentes do comportamento. São, na verdade, divisões feitas a partir dos arranjos de variáveis presentes em cada nível.

É fundamental notar que quando Skinner fala em níveis, está fazendo referência a âmbitos distintos (da espécie, do indivíduo e da cultura) e não a qualquer tipo de gradação. Trata-se, no entanto, de uma referência unívoca quanto ao processo subjacente em jogo: a seleção pelas consequências, que está presente nas dimensões filogenética, ontogenética e cultural. O selecionismo, de diferentes formas, é o traço transversal dessas três dimensões (CARRARA; ZILIO, 2016, p. 141).

Dessa forma, podemos sintetizar que as principais características do behaviorismo radical são: a) monismo, por enxergar o comportamento humano como um processo que não é controlado por fatores de natureza distinta dele mesmo; b) selecionismo, por entender que o comportamento é selecionado por suas consequências de maneira probabilística nos níveis filogenéticos, ontogenéticos e culturais e c) externalismo, por focar nos fatores ambientais que controlam o comportamento. Tomando por base a filosofia do behaviorismo radical, podemos seguir com a fundamentação da ciência da análise do comportamento e os estudos sobre as práticas culturais.

## **1.2 A CIÊNCIA DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO**

Para continuar com o embasamento teórico-conceitual deste trabalho, optamos por contemplar os conceitos de contingência e de comportamento como centrais no objeto de pesquisa da Análise do Comportamento. Em alguns trechos, serão usados os termos ação e comportamento como sinônimos de forma didática. A partir disso, é possível fundamentar o

estudo das práticas culturais na tentativa de responder ao problema de pesquisa.

O termo contingência é central para a análise do comportamento pois é uma ferramenta conceitual que visa explicar uma relação entre eventos (TODOROV, 1991 apud TOLEDO, 2015). Para Moreira e Medeiros (2019), as contingências são propriedades condicionais de eventos relacionados. Conforme esses autores, as contingências são elementos de análise interligados que estabelecem uma condição entre si. “Por exemplo, se uma luz forte incide sobre a retina (estímulo), então ocorre a contração da pupila (resposta)” (MOREIRA; MEDEIROS, 2019, p. 16). Por meio dessas unidades de análise, é possível estudar a relação entre respostas e estímulos.

O termo comportamento é definido por Leonardi (2016) como uma relação entre organismo e seu ambiente, na qual o organismo emite respostas em função do ambiente em que pertence. Como há um enfoque relacional, não é possível separar completamente o estímulo da resposta, pois existe uma relação de dependência que formula a contingência comportamental. Logo, tanto estímulo, quanto resposta dependem um do outro para serem definidos.

Leonardi (2016) define o ambiente como o contexto no qual o responder ocorre. Além disso, o ambiente é a situação que passa a existir após a resposta ser emitida. Ou seja, o ambiente é, de forma geral, o conjunto estímulos antecedente e eventos consequentes à resposta. O estímulo é definido, nesse sentido, como o efeito que o ambiente implica no controle das respostas.

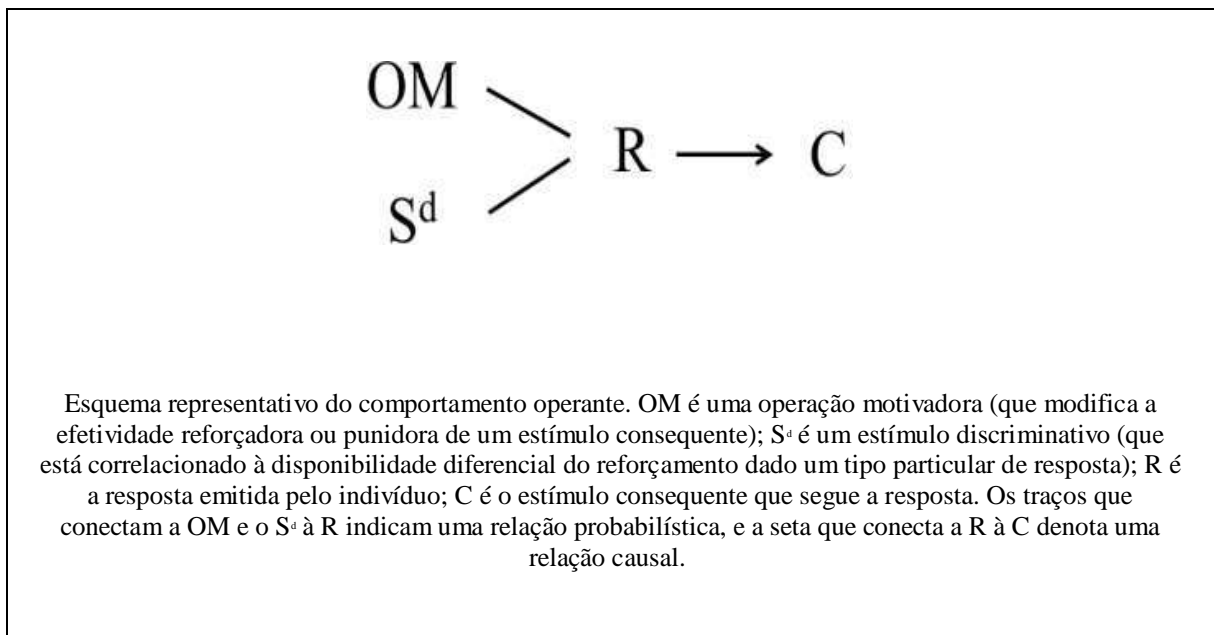
O ambiente contempla tanto estímulos públicos, quanto estímulos privados. Os estímulos públicos são eventos acessíveis a mais de um observador, enquanto o estímulo privado é restrito à observação de apenas um indivíduo. Já o termo resposta é relacionado à atividade do organismo, podendo ser respostas abertas - ações que dois ou mais observadores podem presenciar - ou respostas encobertas - ações que apenas o próprio indivíduo pode ter acesso (SÉRIO; MICHELETTO; ANDERY, 2007 apud LEONARDI, 2016).

A partir da relação organismo-ambiente, Skinner (1991 apud LEONARDI, 2016) distingue o comportamento operante do comportamento respondente. O comportamento respondente é uma condicional na qual determinado estímulo elicia uma resposta específica. Dessa forma, o comportamento respondente se configura como uma contingência estímulo-resposta (MOREIRA; MEDEIROS, 2019). Já o comportamento operante é definido como a relação em que uma resposta gera um evento consequente que, por sua vez, influencia a probabilidade de alterar a emissão de respostas semelhantes no futuro. Os comportamentos operantes são entendidos como contingências tríplexes pois são representados esquematicamente por três termos: contexto antecedente, resposta e contexto consequente.

Contingências respondentes e operantes fazem parte do foco de estudo entre o responder e suas consequências (MOREIRA; MEDEIROS, 2019).

Quanto às consequências das respostas operantes, é possível haver o fortalecimento ou o enfraquecimento da probabilidade da resposta acontecer novamente por meio de reforçamento ou punição, respectivamente. As contingências de reforçamento ou de punição podem ser positivas, quando há um acréscimo de algo no ambiente, ou podem ser negativas quando há a retirada de algo no ambiente (SKINNER, 2003). Além disso, outro conceito importante é o de estímulo discriminativo que diz respeito a estímulos relacionados a eventos nos quais houve reforçamento após a emissão de uma determinada resposta. Pode-se dizer também que os estímulos discriminativos são sinalizadores de que uma determinada resposta será reforçada. Em contrapartida, os estímulos delta estão relacionados a eventos nos quais não houve reforço de determinada resposta (MOREIRA; MEDEIROS, 2019). Considera-se também que o reforçamento ou punição de classes de respostas tem seu valor alterado momentaneamente por eventos ambientais chamados de operações motivadoras. Esse conceito designa eventos que mudam a efetividade das consequências do comportamento de forma momentânea (MARCON; BRITTO, 2011). Na figura 1, existe uma representação da unidade de análise de uma contingência operante que sintetiza os conceitos supracitados.

**Figura 1.** Esquema representativo do comportamento operante.



Fonte: Leonardi (2016, p.51).

Toledo (2015) afirma que as contribuições dos estudos das contingências respondentes voltaram a análise do comportamento para o debate da extensão da noção de comportamento

operante. O foco na seleção por consequências foi se fundamentando a partir da amplitude que os eventos consequentes têm no controle do comportamento, em especial o comportamento humano. Esse, por sua vez, está intimamente ligado a complexos entrelaçamentos de contingências que envolvem comportamentos de vários indivíduos de uma comunidade verbal.

### **1.3 ANÁLISE COMPORTAMENTAL DA CULTURA**

Para Tourinho (2003), o papel de uma psicologia analítico-comportamental se fundamenta pelo foco nas relações do indivíduo com o mundo. Ao estabelecer-se como uma ciência baseada no selecionismo, externalismo e monismo, busca-se pensar o ser humano como ser de relações. Logo, essa perspectiva critica a valorização exacerbada dos eventos privados como modelos explicativos do comportamento, sendo a vida privada composta por elementos dotados de uma natureza distinta do ambiente. Em contrapartida, não ignora a subjetividade, pelo contrário, a considera como importante fator da vida humana.

Skinner (2003) destaca que o comportamento humano é o principal interesse da análise do comportamento, apesar de ser um campo que estuda todas as interações organismo-ambiente. Sampaio e Andery (2010) reforçam que, apesar do enfoque analítico-comportamental ser individual, isso não reduz a necessidade de se estudar os fenômenos sociais. Os autores justificam que é imperioso que se aborde o ambiente essencialmente social das relações entre as pessoas, uma vez que a ciência comportamental está voltada principalmente para entender as interações humanas.

Assim como justifica Carrara e Zilio (2016), os níveis de seleção filogenéticos, ontogenéticos e culturais não são gradações, mas sim âmbitos distintos de diferentes dimensões de seleção. Trata-se de variações da seleção dos comportamentos que influenciam a ação humana no mundo tal como se apresenta. A característica social do ser humano, principalmente no que diz respeito à aprendizagem, não está fundamentada no selecionismo filogenético. A filogênese deu margem para o surgimento do comportamento social por meio do aparato orgânico dos indivíduos, mas o comportamento social humano se estabelece pela interação e, principalmente, mediante o comportamento verbal (CARRARA, 2015 apud PEROSI, 2019). Ao buscarmos explorar o campo dos fenômenos sociais, estamos, nesse sentido, investigando primordialmente a dimensão da seleção cultural do comportamento social (CARRARA; ZILIO, 2016).

Ao discutirmos os comportamentos sociais, é possível surgir uma dicotomia entre comportamento individual e social. No entanto, seguindo os princípios explicativos da análise

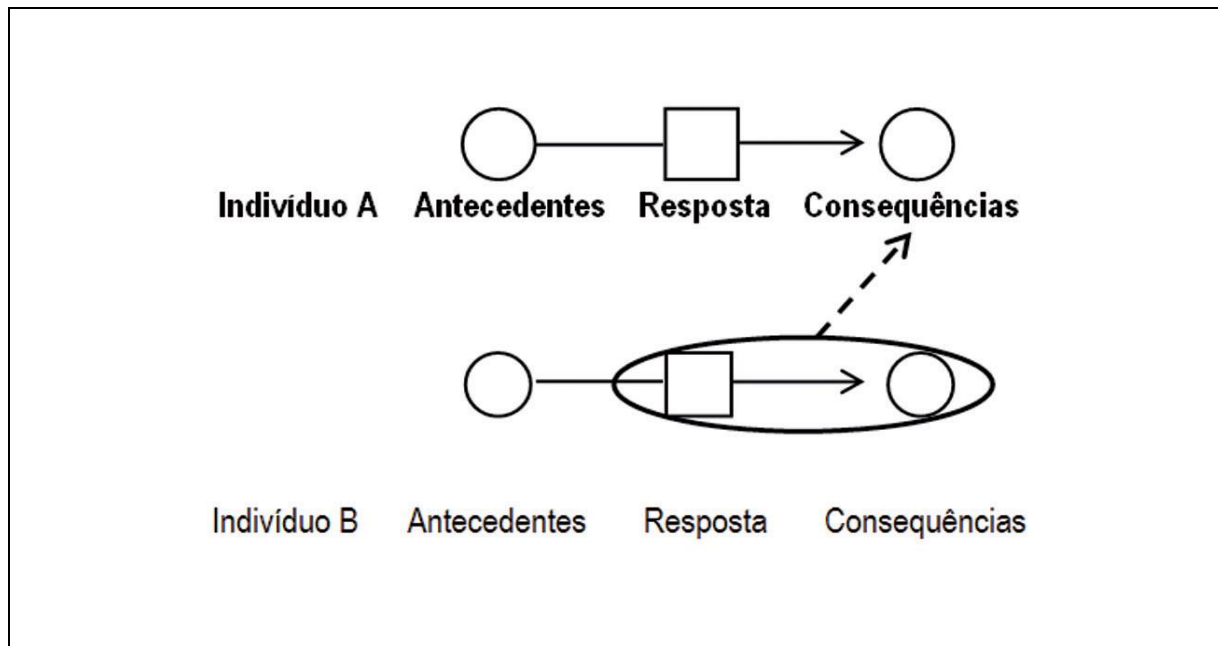
do comportamento, não é possível dizer que o modo de se comportar das pessoas seja distinto em natureza individual ou social. Considera-se que os princípios conceituais do comportamento individual são suficientes para o estudo do que rotula-se como comportamento social. Essa diferenciação é necessária somente para dar foco em determinadas características do comportamento humano, tais como as respostas que envolvem práticas culturais (SAMPAIO; ANDERY, 2010). No entanto, o comportamento dito social apresenta especificidades próprias principalmente por envolver a participação ou mediação de outro ser humano no contexto sobre o qual o indivíduo interage (ANDERY; SÉRIO, 2006 apud SAMPAIO; ANDERY, 2010). Por meio dessa discussão, iremos diferenciar e expor os conceitos de fenômenos sociais, comportamento social, contingências entrelaçadas e práticas culturais.

“Podemos entender fenômenos sociais, portanto, como fatos ou eventos de interesse científico envolvendo os comportamentos de várias pessoas (ou de mais de uma pessoa). Trata-se das interações e dos resultados das interações de pessoas agindo em conjunto” (SAMPAIO; ANDERY, 2010, p. 183). Nesse sentido, pode-se dizer que esse é um conceito amplo que aborda a interação entre pessoas tanto em nível participativo entre dois indivíduos, até um nível de mediação complexa do comportamento entre grupos. Skinner (1992, apud SAMPAIO; ANDERY, 2010) exemplifica que um comportamento social em nível *participativo* pode ser, por exemplo, um boxeador golpeando seu adversário ou um médico realizando uma cirurgia em seu paciente. Em ambos os casos, a consequência do comportamento do médico ou do boxeador depende da interação com outras pessoas (o paciente e o adversário). Entretanto, nesses exemplos, essas pessoas participam de forma objetificada pois seus comportamentos não são relevantes para o boxeador ou para o médico. Porém, os fenômenos sociais podem ser mais complexos quando as consequências do comportamento são derivadas da *mediação* de outras pessoas.

Os comportamentos sociais têm sua importância reconhecida para a ciência comportamental desde os trabalhos clássicos de Skinner (2003). Para esse autor, existe uma definição de comportamento social como sendo “o comportamento de duas ou mais pessoas, uma em relação à outra ou, em conjunto em relação a um ambiente comum” (SKINNER, 2003, p. 171). Logo, pode-se dizer que o comportamento social envolve necessariamente a interação entre contingências de outros indivíduos, seja compondo o contexto no qual indivíduo responde, seja constituindo elementos dos eventos consequentes das respostas (CARRARA; ZILIO, 2016). Todavia, o comportamento social relevante para a análise do comportamento é o comportamento operante cuja consequência está relacionada a outros comportamentos operantes. Ou seja, os comportamentos sociais são contingências *tríplices mediadas* pelo

comportamento de outros indivíduos. A figura 2, a seguir, representa o comportamento social do indivíduo A:

**Figura 2** - Diagrama ilustrando a definição de comportamento social



Fonte: Sampaio e Andery (2010, p. 184).

Existe uma complexidade em se analisar o comportamento social de pessoas em grandes grupos devido ao imenso número de variáveis entrelaçadas controlando o comportamento de cada indivíduo que compõe um grupo específico. Para abordar esse tema, é preciso explorar mais sobre a relação entre comportamentos de diferentes sujeitos interagindo em grupo. Os comportamentos entrelaçados são, a princípio, articulações entre comportamentos, de forma a produzirem consequências compartilhadas para essas pessoas. Os comportamentos entrelaçados são, portanto:

operantes individuais dos membros do grupo [que] são controlados por parâmetros de frequência, duração, intensidade ou outro tipo de medida compatível e funcional para a produção, em curto ou longo prazo, de contingências funcionalmente equivalentes para os participantes dessa comunidade (CARRARA; ZILIO, 2016, p. 141).

É necessário, neste ponto, fazer uma explicação quanto às escolhas de conceitos utilizadas na análise deste trabalho. Glenn (1999, 2001, 2003, 2004 apud ANDERY, 2011), contribuiu de forma relevante para o campo teórico do estudo do nível de seleção cultural. A autora apresentou uma proposta de elaboração teórica nova e criou o conceito de metacontingência. Apesar da sua importância para o campo da análise do comportamento, não optamos por abordar o tema de pesquisa com o subsídio desse recurso teórico por dois principais

motivos: a) a falta de consenso científico no campo analítico-comportamental, junto a insuficiência de evidências científicas disponíveis atualmente (MATTAINI, 2006 apud PEROSSI, 2019); e b) a preservação de coerência teórica quanto aos princípios básicos do Behaviorismo Radical ao optar por descrever funcionalmente as contingências tríplices como unidade de análise. Esse segundo motivo abarca também o fato da metacontingência ser um conceito abstrato que estuda o grupo tal como o indivíduo que se comporta (CARRARA; ZILIO, 2016). Ou seja, não consideramos que os grupos possam se comportar, mas sim os indivíduos pertencentes a eles. Assim como defende Perossi (2019):

entendemos que a descrição é necessária e suficiente para compreensão das práticas culturais nas psicopatologias. Isto não implica pejorativamente em uma simplificação dos fenômenos sociais, mas em uma concepção de que são, em última análise, comportamentos de indivíduos em grupo, os quais são entrelaçados e selecionados pelas consequências em um dado ambiente histórico e contextualizado (p. 27).

Nesse sentido, entendemos que o comportamento social complexo pode ser entendido a partir das contingências entrelaçadas. Nesse ponto, o conceito de práticas culturais é essencial para o entendimento do terceiro nível de seleção do comportamento que mantém o entrelaçamento de contingências. A prática cultural é um conceito baseado nos comportamentos sociais. Os comportamentos sociais adquirem, nesse sentido, maior complexidade quando passam a serem repetidos de forma coerente com o contexto de forma semelhante (CARRARA 2008). Essa repetição de padrões comportamentais entre vários indivíduos de um mesmo grupo são funcionalmente semelhantes e geram consequências para uma rede de pessoas. Além disso, existe uma transmissão desses padrões comportamentais por meio da aprendizagem. Essa transmissão é dinâmica pois está sempre em processo de alteração e integração de novas características ao longo das gerações de indivíduos (CARRARA; ZILO, 2016).

Para Glenn (1991, 2004 apud SAMPAIO, 2008), é possível elencar quatro principais características definidoras das práticas culturais. A primeira é que são comportamentos sociais que englobam principalmente comportamentos operantes, mas que também podem envolver relações respondentes condicionais, tendo em vista que são relações nas quais há aprendizagem. A similaridade funcional entre as ações de mais de uma pessoa numa comunidade é a segunda característica das práticas culturais. O terceiro aspecto é relacionado a propagação dos comportamentos similares em sucessivos indivíduos por meio de processos de aprendizagem. Sobre esse terceiro ponto, é necessário informar que a propagação de comportamentos entre indivíduos não necessariamente implica na manutenção desses processos durante a passagem de gerações biológicas. Ou seja, como o processo de aprendizagem das práticas culturais é dinâmico, a manutenção desses comportamentos pode passar por alterações em períodos curtos

e até mesmo serem extintas, como por exemplo uma moda de roupas. A última característica é que a propagação das práticas culturais sempre envolve entrelaçamento de contingências e comportamentos sociais ou no mínimo componentes sociais. Nesse sentido, o comportamento verbal reforça a aprendizagem de práticas culturais e mantém solidificada as relações importantes para o funcionamento da sociedade.

É de grande interesse na discussão sobre cultura estudar a propagação de comportamentos sociais similares que envolvem a aprendizagem e ensino ao longo de gerações. As práticas culturais são baseadas principalmente por contingências operantes e o comportamento verbal parece estar quase sempre implicado (SAMPAIO; ANDERY, 2010). Nesse sentido, podemos definir a cultura como:

Uma entidade abstrata que tem temporalidade indefinida, mas que certamente envolve práticas comportamentais e produtos destas práticas – que são fenômenos comportamentais e ambientais - que se reproduzem entre indivíduos e gerações de indivíduos. Uma cultura é constituída de miríades de práticas culturais, definidas como padrões de comportamento aprendido que se reproduzem entre indivíduos e gerações de indivíduos (ANDERY, 2011, p. 207).

Moreira, Machado e Todorov (2013) definem cultura como referente às contingências de reforçamento social que são mantenedoras dos comportamentos dos indivíduos de um grupo. Esses indivíduos, por sua vez, compõem um grupo social que está constantemente sendo renovado com novas gerações de pessoas. Por isso, a cultura não é o objeto de estudo da análise comportamental da cultura, mas sim as práticas culturais (MOREIRA; MACHADO; TODOROV, 2013). Seguindo essa fundamentação conceitual, buscaremos abordar, a partir dos estudos das práticas culturais, a ansiedade psicopatológica. Nesse sentido, se faz necessário discutir as perspectivas da psicopatologia a partir da literatura analítico-comportamental. Discute-se, nesse sentido, o entendimento de ansiedade enquanto fenômeno comportamental, considerando sua manifestação psicopatológica, uma vez que a noção de psicopatologia é também relacionada às práticas culturais.

## 2. PERSPECTIVAS EM PSICOPATOLOGIA

De origem grega, a palavra psicopatologia é composta por *psique*, *pathos* e *logos*, de forma que o sentido para termo seria o estudo do sofrimento psíquico (FLORSHEIM, 2020). De certo modo, esse tema é inesgotável devido sua amplitude e sua multidisciplinaridade. No entanto, cabem algumas considerações sobre como interpretamos o que são as patologias psíquicas. Assim como aponta Dalgarrondo (2000), há uma miríade de perspectivas em psicopatologia. Todas as visões possíveis acerca do que é “mentalmente” patológico não são complementares e muitas vezes se contrapõem.

Sob uma perspectiva analítico comportamental, buscou-se neste trabalho investigar a ansiedade psicopatológica a partir de uma divisão metodológica e conceitual da análise do comportamento. Com ênfase no estudo do conceito de ansiedade enquanto fenômeno também social, busca-se fazer contrapontos às maneiras biomédicas de conceitualizar as manifestações psicopatológicas desses comportamentos. Nesse sentido, este capítulo foi dividido em três subtemas: a) modelo médico e modelo quase-médico de psicopatologia; b) modelo behaviorista radical de psicopatologia e c) ansiedade psicopatológica enquanto fenômeno comportamental.

### 2.1 MODELO MÉDICO E QUASE-MÉDICO DE PSICOPATOLOGIA

Antes de iniciar este subcapítulo, é crucial salientar que não defendemos uma posição contrária ao uso de diagnósticos e manuais de transtornos mentais como auxiliares da prática em saúde mental, bem como não negamos a influência da seleção filogenética como causa de alguns transtornos (BANACO et al. 2012). Todavia, discute-se a clássica crítica contra a classificação topográfica dos transtornos mentais, na medida em que se mostram como explicações circulares sobre as causas do comportamento. Segundo Moreira e Medeiros (2019), a topografia é um conceito que diz respeito à forma ou estrutura de uma resposta específica. O conceito de topografia não está relacionado à função da resposta, mas sim ao modo com que é emitida. Nesse sentido, o foco em descrições topográficas de comportamentos categorizados como psicopatológicos é uma das características do modelo médico.

O modelo médico de psicopatologia assenta-se na concepção de que o comportamento desviante é causado por fatores subjacentes de ordem orgânica ou mental. Esses fatores devem ser nomeados por meio de unidades diagnósticas, ou seja, numa estrutura de doença mental bem categorizada e validada a partir das suas causas (BANACO, 1999; BANACO; ZAMIGNANI; MEYER, 2010; BANACO et al, 2012; LIMA; CARRARA, 2020; PEROSI, 2019).

A validade de um diagnóstico médico esteve relacionada à ideia de especificidade da doença. A especificidade de uma patologia pode ser concebida com a formulação de uma entidade nosológica com manifestações únicas e bem descritas. Nesse sentido, a doença é uma estrutura que existe de forma independente da cognição humana e que pode ser estudada a partir de sua etiologia, desenvolvimento e prognóstico (ROSEMBERG, 2002). Um exemplo disso é a revolução na medicina no final do século XIX por meio dos estudos bacteriológicos, em especial a descrição da Tuberculose. Com a possibilidade de explicar onexo causal e o curso de uma enfermidade a partir dos micróbios, a medicina moderna tendia ao realismo nosográfico. Essa doutrina realista é uma epistemologia que foi base para campos da medicina. Ela pode ser entendida a partir da noção de que uma categoria nosográfica deveria ser uma entidade unitária, específica e que pudesse ter seu mecanismo causal destrinchado. Sob influência desses moldes, surgiu a busca por uma classificação psicopatológica que pudesse destrinchar e delimitar conjuntos sindrômicos específicos a fim de entender a causa de cada “doença mental” (HENRIQUES, 2021).

A psiquiatria como uma especialidade médica se incumbiu de olhar para o comportamento desviante como patológico tendo grande influência naturalista. O conceito de doença passou a ser incorporado na investigação fenomenológica da loucura como tentativa de alcançar e alicerçar um campo de pesquisa e atuação médica (BANACO, 1999). Nesse sentido, o conceito de normalidade é basilar para os modelos tradicionais de psicopatologia, em especial para o modelo médico que enfatiza a topografia como determinante das características psicopatológicas.

Banaco et al. (2012) descrevem quatro critérios de anormalidade nos modelos tradicionais de psicopatologia. O primeiro critério exposto é o baseado na normalidade estatística. Nesse sentido, o patológico é definido a partir de constructos psicopatológicos passíveis de serem mensurados pela psicometria. Neste critério, a ansiedade passaria a ser patológica a partir de variações extremas e incomuns quando comparada à norma padrão da população. O segundo modo de classificação de normalidade defende que para um comportamento ser considerado patológico, ele deve ser caótico, bizarro e sem propósitos inteligíveis. O terceiro critério descrito por Banaco et al. (2012) é intitulado de reversibilidade. Esse critério considera que o indivíduo acometido de alguma patologia possui uma manifestação contínua, de maior duração e intensidade elevada que, ao contrário de pessoas normais, não se reverte facilmente. O quarto critério é baseado na identificação do sofrimento e do entendimento da queixa clínica. Assim, comportamentos que causam prejuízo, dano físico

e dano social para os indivíduos são patológicos. Esse último critério é adotado pela análise do comportamento como norteador de práticas de intervenção.

Mato e Ferreira (2016) fazem um panorama do atual modelo classificatório sindrômicos dos transtornos mentais e realizam uma crítica aos efeitos colaterais de uma “cultura do diagnóstico”. Esses autores descrevem um contexto de práticas culturais no qual há a proliferação de explicações baseadas em topografias de resposta e etiologias circulares, além do aumento de subjetividades estruturadas pelo diagnóstico. Nesse sentido, o uso do conhecimento psicopatológico também está inserido em práticas culturais.

Em Frota et al. (2022), há uma retomada histórica dos transtornos de ansiedade que passaram a ser estudados nos moldes da ciência médica moderna a partir do final do século XVIII e início do século XIX. Nesse trabalho, os autores discutem o conceito de *neurastenia* de Berd G. M (1869 apud FROTA et al 2022) que era designação para estado de fadiga de origem nos nervos que acarretaria em neuralgias, histerias, hipocondria e ansiedade. Seguindo esse conceito, Freud (1856-1939 apud FROTA et al 2022) cunhou para além da neurastenia, a neurose de ansiedade ou neurose de angústia (*Angstneurose*). Esse conceito foi essencial para o surgimento dos grupos de transtornos de ansiedade, pois intitulou de forma psicodinâmica o estado ansioso como síndrome independente.

A primeira versão do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais foi publicada em 1952 e apresentou as reações de ansiedade como unidade diagnóstica (APA, 1952). Já na CID-6, quadros de psicose incluídos foram divididos em reações fóbicas e reação de ansiedade, ambos com o conceito de ansiedade sendo transversal (WHO, 1950). Em 1980, houve um marco na passagem do paradigma biopsicossocial nas classificações psiquiátricas para o modelo “ateórico” a partir do DSM-III (APA, 1980). Segundo Frota et al. (2022), essa mudança de paradigma excluiu o grupo de neuroses ansiosas de versões anteriores do DSM e o substituiu por: a) transtornos fóbicos (agorafobia, fobia social e fobia simples); b) estados de ansiedade (transtorno de pânico, transtorno de ansiedade generalizada, transtorno obsessivo-compulsivo);c) transtorno de estresse pós-traumático.

Um importante fato acerca dessa passagem do modelo chamado de psicodinâmico para uma versão “ateórica” foi a invenção da imipramina por Donald Klein (1928-2019 apud FROTA et al., 2022). Esse medicamento é um antidepressivo tricíclico que demonstrou eficácia contra sintomas agudos de crises de ansiedade de pacientes internados no Hospital Hillside de Nova York. No entanto, os pacientes internados que sofriam com ansiedade crônica e que receberam a medicação não tiveram resultados tão positivos. O Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) foi considerado uma categoria autônoma com bases nesses estudos

(STOSSEL, 2014 apud PONDÉ, 2018; FROTA et al.2022). Sobre essa mudança de paradigma na classificação psiquiátrica a partir dos estudos de Donald Klein, Pondé (2022) afirma:

Klein, na observação do caso do seu paciente “em pânico”, deduziu que a ideia predominante na época de que a psicopatologia derivava da ansiedade (que por sua vez era causada por conflito intrapsíquico) era falsa; pois os seus achados com a imipramina (uma droga) o levaram a supor que o que causava o pânico era uma disfunção biológica (p. 152).

Para Banaco (1999), uma característica importante do modelo médico é que a terapêutica adotada é frequentemente o uso de fármacos que são validados a partir de estudos estatísticos. Geralmente essa terapêutica é baseada em pesquisas cuja metodologia é de comparação entre grupos controle e grupos de pacientes que recebem determinada medicação. Com o intento de fornecer resultados estatísticos sólidos, as pesquisas analisam a capacidade da medicação favorecer a redução de comportamentos psicopatológicos característicos de cada transtorno mental (BANACO et al. 2012).

Venturi (2022) faz uma discussão acerca da validade e confiabilidade das classificações dos transtornos mentais ao longo das edições do DSM. Principalmente a partir da terceira versão do DSM, o modelo médico pautou seus esforços em obter critérios operacionais claros que pudessem servir de fundamento para pesquisa básica em psiquiatria. Esses critérios eram baseados na estatística co-ocorrência de sintomas (VENTURI, 2022). Nesse sentido, os mecanismos causais poderiam ser investigados com o avanço das ciências biológicas. O modelo médico de psicopatologia, nesse sentido, considera o indivíduo doente como aquele afetado por causas subjacentes. Banaco et al. (2012) destaca cinco características do modelo médico: 1) descrever minuciosamente a fenomenologia da psicopatologia; 2) procurar a etiologia da doença mental em anormalidades do organismo; 3) descreve o curso da psicopatologia; 4) considerar o sofrimento como decorrente de uma “doença mental”, o que dificulta o entendimento funcional do comportamento psicopatológico; e 5) Concentrar-se em delimitar e descrever o que é comportamento normal e anormal.

No modelo médico de psicopatologia, existe a priorização da neutralidade como um norteador das práticas de pesquisa e classificação. Essa neutralidade passou a ser incorporada na formulação dos manuais diagnósticos baseados nos sintomas. Kleinmann (1987) discute como a psiquiatria passou a buscar explicações universais por meio da tentativa de localizar padrões psicopatológicos em várias culturas. A premissa de uma psiquiatria transcultural era de que os transtornos tinham semelhanças independentemente da cultura na qual o sujeito acometido pertence. Em especial os comportamentos ansiosos que podem estar associados a muitos transtornos mentais.

No entanto, como indica Venturi (2022), a busca por validadores externos que comprovem que um transtorno é independente da cognição ou da cultura falhou ao longo das pesquisas. Em especial, no DSM-5-TR, existe a consideração da importância da cultura para formulação do diagnóstico clínico dos transtornos de ansiedade.

Como os indivíduos com transtornos de ansiedade em geral superestimam o perigo nas situações que temem ou evitam, a determinação primária do quanto o medo ou a ansiedade são excessivos ou desproporcionais é feita pelo clínico, levando em conta fatores contextuais culturais (ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA, 2022, p. 216).

Com efeito, “a classificação entre saudável e patológico, em alguma medida, admite e enquadra o comportamento entre aceitável ou inaceitável, tendo como referência os padrões comportamentais de determinada cultura em um período histórico específico” (PEROSSI, 2019, p. 37). O modelo analítico-comportamental se baseia principalmente na análise funcional para intervir em comportamentos psicopatológicos. Dessa forma, na visão comportamentalista, há críticas contra o modelo médico. Existem críticas também ao que, na literatura da análise do comportamento, se convencionou chamar de modelo quase-médico.

O modelo quase-médico de psicopatologia está relacionado à psicologia de base psicodinâmica que descende da medicina psiquiátrica. Esse modelo defende, de maneira geral, uma atenuação da noção de saúde e doença. Todavia, para Banco (1999), existe presente nesse modelo a dicotomia entre normal e patológico, de modo que a psicopatologia é causada por fatores subjacentes comumente relacionados à mente, personalidade e estrutura cognitiva. Percebe-se que os fatores adjacentes que causam o comportamento patológico são internos, o que dificulta a análise funcional do comportamento, principalmente no que diz respeito a fatores externos socioculturais envolvidos no processo de sofrimento.

No entanto, uma diferença significativa entre o modelo médico e o modelo quase-médico está na forma de intervenção. Ao contrário do modelo médico, a noção de psicopatologia de base psicológica defende que o tratamento não necessariamente deve ser pautado no uso de medicamentos. Ao defender o menor uso possível de medicação, o modelo quase-médico propõe estudos e técnicas de manejo dos comportamentos ditos psicopatológicos (BANACO, 1999). Nesse sentido, a análise do comportamento fundamenta críticas contra os modelos médicos de psicopatologia.

## 2.2 MODELO BEHAVIORISTA RADICAL DE PSICOPATOLOGIA

Para contrapor as principais características do modelo médico de psicopatologia, Banaco et al. (2012) cita cinco diferenças teórico-metodológicas da análise do comportamento. Enquanto que no modelo médico há foco numa fenomenologia topográfica do comportamento, a análise do comportamento dá importância a como o comportamento é mantido funcionalmente na relação indivíduo-ambiente. Além disso, sob uma perspectiva seletivista, a visão comportamentalista busca descrever a probabilidade, frequência e intensidade do comportamento. Já o modelo médico, em contrapartida, se preocupa com a etiologia da doença, principalmente por meio de marcadores biológicos. A terceira contraposição é referente ao prognóstico como forma de descrever o curso da doença mental. A análise do comportamento, em vez disso, se atém não à nosologia, mas sim à busca por entender as contingências que selecionam e mantêm o comportamento. Para a quarta diferenciação, a noção de doença é também criticada, pois o que configura essa visão é a categorização do comportamento desviante como uma estrutura. Nesse sentido, para a Análise do Comportamento, a “doença mental” deve ser entendida como um conjunto de comportamentos que são fruto da seleção por consequências, o que facilita o entendimento da suposta divisão entre normal e patológico. A quinta contraposição refere-se ao fato de que o modelo médico tenta descrever o que é comportamento anormal para diferenciá-lo do normal. No entanto, defende-se que todo comportamento é descrito por leis gerais, de modo que o comportamento classificado como psicopatológico também foi selecionado pelas consequências.

Como defendido por Backschat e Laurent (2020, p. 3): “Para a Análise do Comportamento, todo o comportamento individual, seja ele considerado ‘normal’ ou ‘anormal’ é explicado pelos mesmos processos de aprendizagem”. Essa concepção de psicopatologia é corroborada pelo foco em analisar funcionalmente o comportamento, seguindo a inspiração behaviorista radical. Com foco em estudos de modelos experimentais, busca-se entender as variáveis que controlam o comportamento geral, o que pode explicar também as manifestações que causam sofrimento psicopatológico. A partir da descrição das variáveis que estão relacionadas aos problemas psicológicos e com os conhecimentos da análise do comportamento aplicada, busca-se alterar as variáveis independentes da ansiedade psicopatológica. A metodologia, nesse sentido, prioriza o modelo de sujeito único com o qual delinea-se pesquisas que comparam as alterações das funções comportamentais do indivíduo. Ou seja, compara-se o comportamento individual não com o grupo, mas sim com as mudanças na relação indivíduo-ambiente ao longo do tempo. Entende-se, dessa forma, que as relações funcionais são mais

importantes para descrever e intervir em situações de sofrimento psicológico do que as descrições topográficas (BANACO, 1999).

Ao explorar a dimensão das relações funcionais de forma externalista, não estamos defendendo que o sistema nervoso central (SNC) não seja uma condição necessária para que o comportamento aconteça. Tão pouco se defende que muitos transtornos, tais quais os transtornos do neurodesenvolvimento ou transtornos do humor, por exemplo, não tenham desenvolvimento relacionado a fatores biológicos. Pelo contrário, entende-se que são elementos relevantes para o entendimento do sofrimento psicológico. A diferença frente ao modelo médico está no fato de que o modelo behaviorista radical busca uma explicação das relações funcionais, de modo que o funcionamento cerebral é um dos elementos do comportamento. É com esse entendimento que se defende que comportamentos ansiosos são selecionados pelas consequências! Ou seja, não se busca uma causa primeira do comportamento psicopatológico, mas sim o entendimento da rede de relações das quais o comportamento é função (CORCHS, 2010).

No mesmo sentido, ao explicar nosso comportamento pelo cérebro, como se ele fosse um ser vivo que pensa, sente, age e assim por diante, torna-se necessário explicar como ele (o cérebro) o faz. Não tem jeito. Se admitirmos apenas a dimensão física em nossas explicações e não quisermos entrar em uma espécie de queda livre explicativa *ad infinitum* no mundo interior, temos de voltar às relações deste organismo com o ambiente para explicar qualquer parte do mesmo (CORCHS, 2010, p. 57).

Como afirma Perossi (2019), a Análise do Comportamento prioriza o estudo das dimensões ontológicas e culturais e entende que os aspectos orgânicos que contribuem para manifestações psicopatológicas são objeto de estudo de outras ciências. Isso significa dizer que apesar de ser importante o estudo de fatores filogenéticos envolvidos nos comportamentos ansiosos, o foco para a Análise do comportamento é o caráter social das psicopatologias ansiosas. Como defendem Friman, Wilson e Hayes (1998a), uma proposta funcional e dimensional se aplicaria melhor ao estudo da psicopatologia em comparação ao modelo arbitrário dos DSMs.

A concepção de comportamento saudável e saúde mental é importante, neste ponto, para a compreensão da psicopatologia sob o prisma behaviorista radical. Um comportamento é sempre uma relação funcional e, assim sendo, foi selecionado pelas consequências que o mantiveram. Com essa constatação, não se pode sustentar que uma resposta, seja ela qual for, não é adaptativa às condições ambientais, por mais incomum que possa parecer. É preciso, pois, analisar funcionalmente quais são as contingências que selecionaram o comportamento considerado “doente” (BANACO, 1999; MATOS 1999). Certamente, o controle aversivo está

presente em muitas situações nas quais comportamentos propiciam sofrimento. É a partir do reconhecimento das queixas e do sofrimento que se entende um padrão comportamental como patológico e não a partir do quão incomum ele é. À vista disso, não se compreende as psicopatologias como comportamentos anormais, mas sim como comportamentos controlados por processos ordenados e normais que causam sofrimento em excesso (SIDMAN, 1960 apud BANACO et al. 2012).

Todavia, o controle aversivo parece estar presente também nos contextos de indivíduos considerados saudáveis. Nesse sentido, entende-se que para um indivíduo ter “saúde mental”, é necessário habilidade para adaptar-se às constantes mudanças, de modo a entrar em contato com reforçadores significativos ao longo de uma trajetória de vida. É dessa forma que se compreende que ter “saúde mental” não significa uma ausência completa de controle aversivo. Ser mentalmente saudável envolve adquirir o repertório comportamental para lidar com tensões, vicissitudes e desgastes, de maneira a poder entrar em contato com mais reforçadores positivos e valores.

Cabe ressaltar que a concepção de saúde mental não é enxergada como uma habilidade a partir de um sentido individualista. Pelo contrário, neste trabalho damos foco à dimensão das práticas culturais na seleção de comportamentos que geram sofrimento na história de vida de cada pessoa. Sob uma perspectiva seletiva, monista e principalmente externalista, não podemos deixar que o sofrimento psicológico passe a ser instrumento de culpabilização de pessoas com transtornos mentais. Assim como defende Perossi (2019):

Diante disso, compreender a saúde não apenas como ausência de doença, mas como uma relação entre variáveis biológicas, da história pessoal e de aspectos sociais e culturais favorece o planejamento de práticas culturais e políticas públicas direcionadas ao bem-estar da população, como a promoção de contingências mais reforçadoras e não apenas de ações destinadas ao cuidado de pessoas adoecidas. Ademais, a perspectiva de atenção e cuidado caracteriza-se como mais abrangente, visto que não se restringe a determinado indivíduo, mas a um grupo de pessoas. (p. 58).

Com essas considerações, podemos conceituar e analisar a ansiedade como um fenômeno comportamental, contemplando uma parcela dos multifatores que selecionam respostas de ansiedade.

## 2.3 ANSIEDADE PSICOPATOLÓGICA ENQUANTO FENÔMENO COMPORTAMENTAL

A ansiedade comumente é encarada como um conceito em vez de um fenômeno empírico, além de ser um termo impreciso (FRIMAN; WILSON; HAYES, 1998a). Alguns elementos comuns desse conceito envolvem a presença de: a) estado de excitação fisiológica com modulações do sistema nervoso autônomo que envolvem por exemplo, taquicardia, hiperventilação, sensação de sufocamento e sudorese; b) rebaixamento da eficácia comportamental com alguma redução em habilidades sociais e capacidade de concentração; c) respostas de fuga/esquiva como tentativa de diminuir o contato com a estimulação aversiva; d) comportamentos verbais de descrição de estímulos privados e respostas encobertas, tais como os relatos de mal-estar, medo, inquietude, angústia, apreensão e etc (GENTIL 1998; KANFER; PHILIPS, 1970 apud ZAMIGNANI; BANACO, 2005).

O comportamento ansioso ocorre “quando um estímulo *precede* caracteristicamente um estímulo aversivo com um intervalo de tempo suficientemente grande para permitir a observação de mudanças comportamentais” (SKINNER, 2003, p. 198). Aparentemente, a definição de ansiedade leva em conta a experiência de uma antecipação do futuro, no qual existiria estimulação aversiva. Mas, para Skinner (2003), seria impreciso analisar as contingências unicamente a partir da descrição do futuro, sendo necessário um recorte externalista das experiências prévias do indivíduo. Isso significa dizer que as contingências, em especial a história de aprendizagem comportamental, tem um relevante destaque na explicação do comportamento dito ansioso. Certamente, para explorarmos o conceito de ansiedade que se mostra presente em vários transtornos mentais, precisamos também fazer menção aos eventos públicos e privados, bem como os processos de aquisição de função de estímulos. Isso se justifica pelo fato de que é preciso estabelecer uma conceituação formal entre eventos públicos e privados para explicar o comportamento tido como ansioso. Em outras palavras, uma parte considerável desses comportamentos ocorrem de maneira pouco acessível a outras pessoas, sendo uma experiência percebida eminentemente apenas pelo indivíduo. Não apenas pelo caráter privado, mas também pelos fenômenos de transferências de função de estímulo, os comportamentos ansiosos são complexos e envolvem variáveis contextuais (FRIMAN; WILSON; HAYES, 1998a).

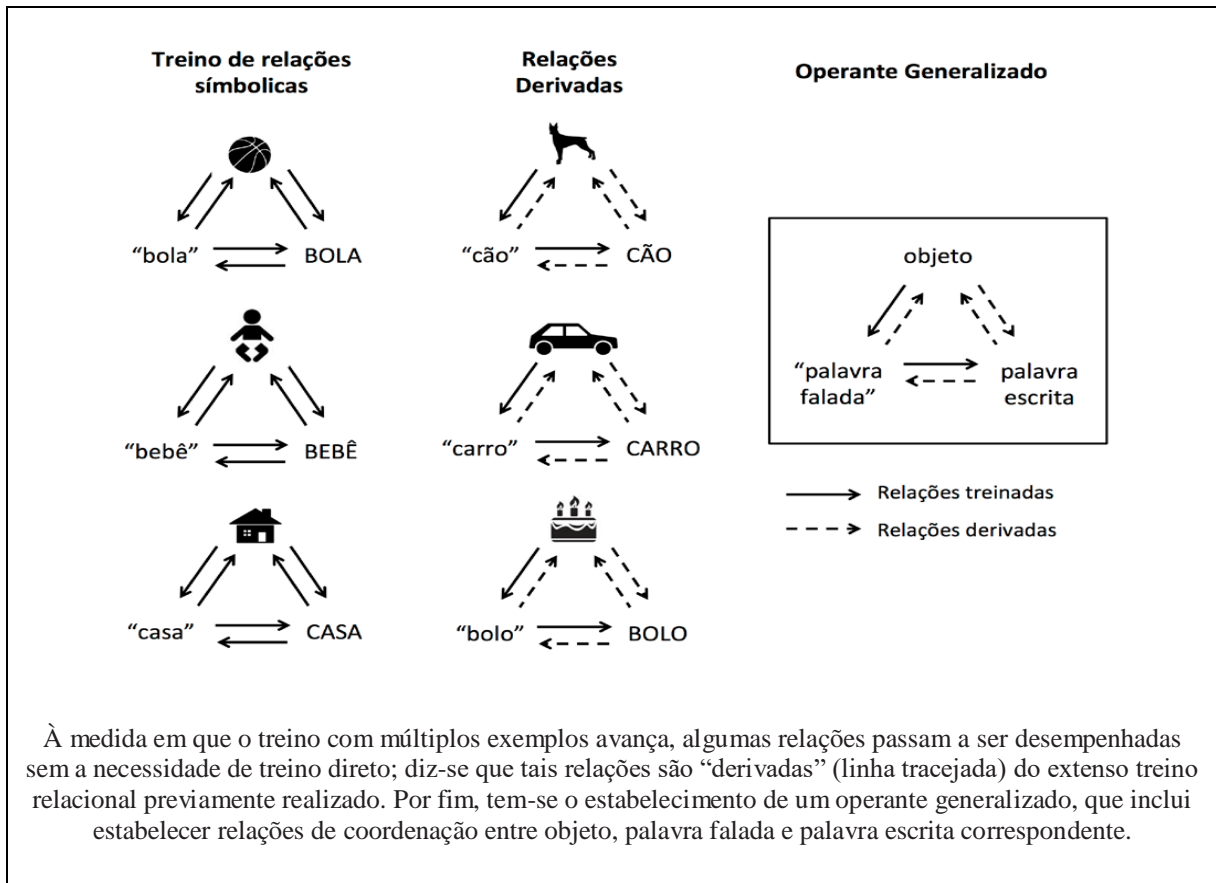
Os fenômenos privados de cada indivíduo, seja o responder encoberto, seja a estimulação privada, tem um papel relevante no que se define como ansiedade. Assim como explica Ferreira et al. (2010), a separação entre evento público e privado não é uma distinção

entre comportamentos de naturezas distintas, mas sim um continuum dos níveis de observabilidade de comportamentos. Nas extremidades dessa gradação, existem eventos pouquíssimos acessíveis a outros indivíduos e eventos passíveis de serem observados com facilidade por outrem. Vale ressaltar que “respostas encobertas não são encobertas por natureza; as contingências sociais exercem um papel decisivo para a emissão de uma resposta de modo aberto ou encoberto” (FERREIRA et al., 2010, p. 75).

A história de aprendizagem de cada ser humano possibilita responder com representações das contingências. Como afirma Perez et al. (2013), para além das pesquisas sobre contingências reflexas e operantes clássicas, as pesquisas experimentais em análise do comportamento passaram também a comprovar relações funcionais aprendidas de forma indireta. Com o campo de estudos das relações derivadas, foi possível entender melhor como alguns estímulos neutros passam a adquirir determinadas funções de maneira indireta de acordo com o contexto (SIDMAN, 1994 apud PEREZ et al. 2013). Por exemplo, a partir das descrições verbais das relações com o ambiente, a criança aprende gradualmente a responder de forma discriminativa em contato com diferentes estímulos. Além disso, a criança passa a abstrair qualidades e características, ou seja, ela passa a responder sob o controle de uma única propriedade comum a vários estímulos, como, por exemplo, a identificação de uma cor comum a vários objetos (PEREZ et al., 2013). O comportamento verbal, nesse caso, permite o processo de abstração pois restringe contingências, estabelecendo relações específicas que são generalizadas para várias situações (Skinner, 1992 apud PEREZ et al., 2013). A partir desse processo de aprendizagem verbal, o ambiente social seleciona respostas encobertas em diferentes contextos.

Respostas encobertas sociais não são inatas, mas são formas aprendidas de responder em contextos específicos. Isso também significa dizer que adquirimos, em contextos sociais, um repertório comportamental a partir da diferenciação e discriminação de diversas classes de estímulos. Nesse processo de aprendizagem, os estímulos passam a adquirir funções diversas de acordo com os níveis de seleção ontogenético e cultural. Desse modo, determinado elemento da relação entre estímulos pode derivar para outras contingências, assim como exemplificado na figura 3 (PEREZ et al., 2013).

**Figura 3** - Exemplo de treino de relações simbólicas entre objeto, palavra falada e palavra escrita.



Fonte: Perez et al. (2013, p. 40)

As respostas encobertas são muito importantes para o estudo das emoções, sentimentos e cognições. Esses comportamentos, por sua vez, podem ser selecionados de forma relacional, ou seja, a partir de processos de abstração (PEREZ et al., 2013). Nesse sentido, não podemos dizer que as respostas encobertas são completamente privadas, mas são aprendidas primeiramente de forma aberta (SKINNER, 2003). As respostas encobertas são muito importantes para o estudo das emoções, sentimentos e cognições. No entanto, não fazem parte de uma natureza distinta das relações comportamentais. Com efeito, o que chamamos de linguagem, ou comportamento verbal, é a habilidade que possibilita emitirmos uma enorme gama de respostas encobertas (Ex.: pensamentos, descrição de emoções e cognições).

Uma importante constatação de linhas de pesquisa analítico-comportamentais é que eventos privados tomam a função de estímulo nas contingências e podem ter grande influência no que denominamos como ansiedade. Assim, respostas encobertas sob o controle de estímulos verbais podem alterar o modo de responder dos seres humanos. Além do propósito de comunicação da linguagem, alguns comportamentos podem ter sua probabilidade de acontecer

alterada apenas pelo fato de serem descritos verbalmente (FRIMAN; WILSON; HAYES, 1998a; FRIMAN; WILSON; HAYES, 1998b).

Um evento privado pode assumir diversas funções em uma relação comportamental, como a de eliciador incondicionado ou condicionado, estímulo reforçador, discriminativo ou estabelecido. Quando se fala da função discriminativa de um estímulo privado para uma resposta verbal autodescritiva, estamos diante de processos frequentemente denominados de autoconhecimento (FERREIRA et al., p. 74).

Os comportamentos ansiosos são assim chamados a partir de um processo de aprendizagem pelo qual o indivíduo passa a se comportar discriminativamente quando entra em contato com diferentes estímulos. Geralmente esses comportamentos são complexos e estão sob controle de variáveis filogenéticas, ontogenéticas e culturais simultaneamente (FERREIRA et al., 2010). Por exemplo, ao longo da história de vida de um indivíduo, existem processos de condicionamento com emparelhamento entre estímulo aversivo incondicionado a estímulos condicionados. À medida que esse último estímulo também passa a exercer função aversiva, o indivíduo começa a responder em função desse novo estímulo aversivo condicionado chamado *pré-aversivo* (ZAMIGNANI; BANACO, 2005). É por meio de estímulos condicionados que o comportamento ansioso é controlado supostamente pelo que pode acontecer no futuro. Ou seja, na história de vida do indivíduo, existem contextos tão aversivos que geram uma constante atenção a estímulos discriminativos pré-aversivos, a fim de emitir esquiva e/ou fuga. (COELHO; TOURINHO, 2008; ZAMIGNANI; BANACO, 2005).

Nesse sentido, “além de ser uma resposta reflexa perante um estímulo aversivo condicionado, a ansiedade seria também composta de respostas operantes de fuga e esquiva de estímulos aversivos incondicionados e condicionados” (ZAMIGNANI; BANACO, 2005, p. 83). O comportamento de fuga acontece quando o estímulo aversivo já está presente no ambiente, já o comportamento de esquiva é decorrente de estímulos que sinalizam a possibilidade do surgimento de estímulo aversivo. As respostas de esquiva tem a função de evitar ou atrasar a estimulação aversiva (MOREIRA; MEDEIROS, 2019).

Dessa forma, o processo de controle do comportamento por pré-aversivos envolve tanto elementos respondentes, quanto contingências operantes. Mas, como demonstra Zamignani e Banaco (2005), na maioria das vezes que inicialmente se observa a ansiedade pela relação respondente, as alterações que a própria resposta gera no ambiente constituem novas contingências operantes. A título de exemplificação, podemos pensar em uma pessoa em um contexto social que passa por um histórico de invalidação de respostas abertas de emoções. Com o fortalecimento dessa aprendizagem, estímulos que se relacionam com a expressão de emoções podem se tornar eliciadores aversivos generalizados. Nesse sentido, essa pessoa além

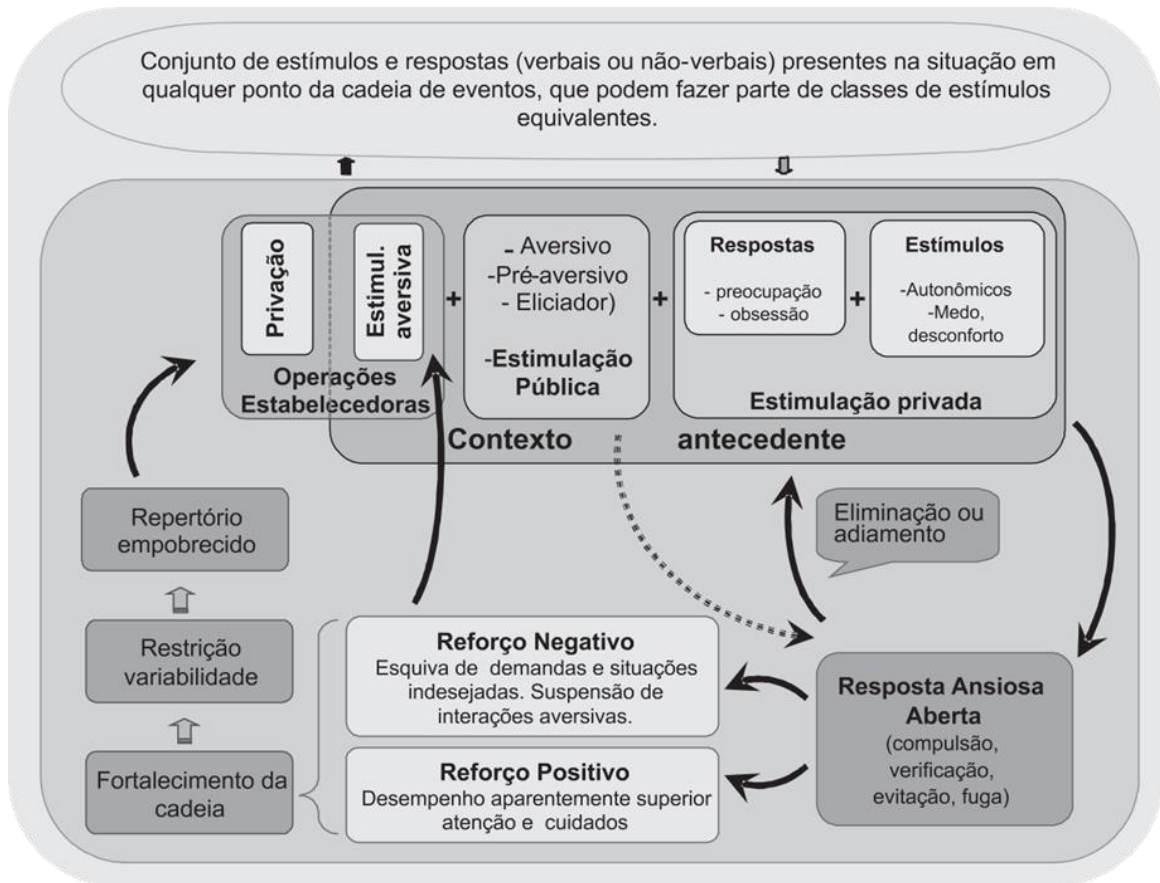
de emitir fuga e esquiva de situações em que possa emitir abertamente respostas emotivas, pode também emitir fuga e/ou esquiva de respostas encobertas e eventos privados pré-aversivos. Nesse exemplo, essa pessoa além de evitar a expressão de emoções publicamente, passa também a se esquivar de pensar sobre sentimentos específicos devido a carga aversiva que isso gera (ASSAZ; KOVAC; OSHIRO; MEYER, 2018).

Diante de estímulos aversivos, é comum que as pessoas tentem modificar a situação emitindo respostas de fuga, esquiva ou contracontrole. Quando esses eventos aversivos são as próprias respostas privadas do indivíduo (pensamentos, sentimentos, memórias), é comum que a pessoa tente alterar sua forma, frequência ou intensidade. Esse comportamento é denominado esquiva experiencial (HAYES; STROSAHL; WILSON, 2012 apud ASSAZ; KOVAC; OSHIRO; MEYER, 2018, p. 107).

Esse fenômeno é descrito na literatura analítico comportamental por meio das pesquisas básicas de relações arbitrárias entre estímulos, em especial o campo de estudos da Teoria das Molduras Relacionais (PEREZ, et al., 2013). Nesse exemplo, pode-se imaginar que o simples comportamento encoberto de pensar em se emocionar publicamente já é um estímulo que aumenta a probabilidade de ocorrer respostas descritas socialmente como “ansiedade”. Como afirmam Friman, Wilson e Hayes (1998a) acerca da esquiva experiencial, esse padrão comportamental está relacionado ao reforço negativo. Além disso, esse padrão de esquiva experiencial gera uma insensibilidade às contingências, bem como uma ampliação de estímulos aversivos por meio de processos de derivação (ASSAZ; KOVAC; OSHIRO; MEYER, 2018).

Além disso, Zamignani e Banaco (2005) também destacam a importância das operações estabelecedoras no modelo de análise do comportamento tido como ansioso, em especial a privação e a estimulação aversiva. Muitos indivíduos com queixa de ansiedade excessiva possuem um repertório limitado, o que restringe a possibilidade de haver respostas alternativas reforçadas positivamente, tais como enfrentamento e resolução de problemas. Isso leva a uma privação de reforço positivo que, por sua vez, pode fazer com que os poucos desses reforçadores disponíveis sejam disponibilizados apenas por respostas de ansiedade (Ex.: receber atenção familiar pela emissão de respostas abertas de ansiedade). Certamente, ambientes com muita estimulação aversiva geram padrões comportamentais baseados em fuga e esquiva, limitando ainda mais a possibilidade de o indivíduo diminuir os níveis de ansiedade. É por esta razão que a intervenção deve levar em consideração não apenas o repertório comportamental, mas também o quão aversivo o ambiente atual se mostra. Zamignani e Banaco (2005) elaboram um esquema de análise dos comportamentos tidos como ansiosos representado na Figura 4:

**Figura 4** - Possíveis relações funcionais entre eventos ambientais e a resposta ansiosa



Fonte: Zamignani e Banaco (2005, p. 88).

A ansiedade psicopatológica enquanto fenômeno comportamental deve ser analisado de forma cuidadosa, levando em consideração a gama de possibilidades antecedentes, consequentes e contextuais para basear estratégias de intervenção. Certamente, a atenção às práticas culturais modernas é essencial para a compreensão de contextos que aumentam a probabilidade de ocorrência de padrões de ansiedade psicopatológica.

### **3. PRÁTICAS CULTURAIS E ANSIEDADE**

A ansiedade enquanto fenômeno comportamental contempla uma dimensão selecionada por contingências eminentemente culturais. Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo traçar análises sobre a crescente problemática dos comportamentos ansiosos na modernidade a partir da ótica behaviorista radical. Entendemos que as mudanças históricas têm papel relevante na análise acerca da ansiedade enquanto uma descrição comum de mal-estar entre várias pessoas. Além disso, as mudanças socioeconômicas atreladas ao modo de produção capitalista são focos para discussão, uma vez que há uma centralidade do tema ao investigar as práticas culturais que selecionam e mantêm a ansiedade enquanto fenômeno comportamental.

Nesse sentido, por motivos didáticos e conceituais, este capítulo é dividido em duas partes. A primeira discorre acerca das mudanças ocorridas após a passagem da pré-modernidade para a modernidade e enfatiza o surgimento do conceito de indivíduo cuja subjetividade é privada. A premissa central dessa primeira parte é que práticas culturais individualistas estão associadas ao aumento da ansiedade. A segunda parte deste capítulo busca desenvolver uma análise acerca de práticas culturais coercitivas associadas às desigualdades.

#### **3.1 INDIVIDUALISMO E MODERNIDADE**

Guerin (2017) sustenta uma análise acerca dos transtornos mentais, enfatizando o papel contextual desses fenômenos, de modo a desconstruir noções internalistas comuns atualmente. A passagem para a modernidade é constituída por mudanças econômicas e sociais, especialmente devido à transformação da dinâmica das relações interpessoais em sociedades. Nesse sentido, em tempos pré-industriais, nos quais a produção da vida era constituída principalmente pelo contato com grupos familiares, a dinâmica de relações sociais fundava-se em pequenos grupos que mantinham certa responsabilidade recíproca em prol da sobrevivência. Na modernidade, passamos a viver em dinâmicas sociais muito mais amplas, nas quais convivemos a maior parte do tempo produtivo com pessoas desconhecidas ou pessoas pouco conhecidas, tanto de forma presencial, quanto de forma remota ou virtual. Historicamente, a humanidade nunca experimentou nada parecido com o modo de vida moderno (GUERIN, 2017).

Para contemplar o tema deste capítulo, é feita uma contraposição entre modelo de vida do indivíduo moderno frente aos modos de produção da vida em tempos pré-industriais. Nesse sentido, busca-se desenvolver o conceito de indivíduo moderno mediado pela produção

capitalista. A partir disso, iremos explicar os principais fatores contextuais comuns ao indivíduo moderno que podem estar relacionados ao surgimento e manutenção da ansiedade.

Nico, Leonardi e Zeggio (2016) afirmam que o modelo de produção capitalista surge em detrimento do modo feudal de produção, com ênfase no marco da revolução industrial no século XVII. A ascensão dos burgos complexificou a vida coletiva e possibilitou o surgimento das primeiras cidades. A vida nas sociedades pré-modernas era baseada na coletividade. A noção de indivíduo não se dissociava dos grupos, uma vez que os objetivos coletivos eram muito mais concretos e poderiam se resumir à sobrevivência. Poder sobreviver era muito mais provável caso existisse uma organização e cooperação (NICO; LEONARDI; ZEGGIO, 2016).

Guerin (2017) afirma que para os nossos ancestrais, os laços familiares e religiosos constituíam a principal maneira de organizar os grupos em função de sobreviver. Antes dos surgimentos dos burgos, uma maneira eficaz de viver baseava-se no agrupamento de famílias em comunidades cooperativas. Para gerar um grupo unido e lidar com as adversidades, a solidificação de uma identidade familiar era a principal forma de manter os indivíduos juntos. A religião também cumpria o papel de estruturar um esquema social mais estático e solucionar conflitos. De maneira geral, não havia para as pessoas a noção de individualidade privada, pois a maneira de viver e sobreviver era compartilhada com o grupo. Além disso, as sociedades feudais praticamente não tinham mobilidade social, ou seja, os papéis sociais de cada pessoa eram bem estabelecidos desde o seu nascimento (GUERIN, 2017). Isso acaba com a possibilidade de fatores individuais serem determinantes para ascensão social. Nico, Leonardi e Zeggio (2016) afirmam que os indivíduos não precisavam planejar o futuro, estabelecer metas de longo prazo e buscar valorização social para serem pessoas bem-sucedidas. Os interesses individuais eram compartilhados principalmente com o núcleo familiar do qual o indivíduo pertencia ao longo da vida.

O capitalismo, por meio do avanço tecnológico e aumento da produção de capital, viabilizou o acesso a bens e serviços e tratamentos médicos, bem como propiciou diferentes possibilidades de escolhas de consumo de produtos e serviços, alternativas para o trabalho e diferentes perspectivas de vida. Os seres humanos passaram a ter acesso a uma quantidade imensurável de reforçadores arbitrários e que, teoricamente, dependiam apenas do esforço pessoal (PEROSSO, 2019, p.74)

Apesar de existirem esquemas de contingências com estimulação pré-aversiva, como por exemplo, sinais de seca, enchentes, pegadas de predadores, sintomas de doenças graves, Guerin (2017) afirma que essas mazelas eram bem localizadas no espaço e no tempo. Ou seja, os mecanismos sociais para lidar com problemas tinham foco em situações mais concretas. Por exemplo, o conflito entre dois membros de uma família era mediado pelo restante dos parentes

e, em alguns casos, mecanismos religiosos ajustavam a conduta com intuito de um retorno à estabilidade familiar. Além disso, a rede de relações interpessoais era bem menor. Os conflitos interpessoais eram resolvidos por pessoas que provavelmente se conheciam por pertencerem ao mesmo grupo familiar durante toda a vida. É importante salientar que não se defende que em tempos pré-modernos, existia um modelo de existência melhor em comparação a vida hodierna. Ao contrário, reconhecemos que os avanços tecnológicos propiciaram condições de vida e acesso a bens e serviços importantes para uma gama de pessoas (PEROSSO, 2019). No entanto, não é o intuito deste trabalho estabelecer comparações que incorrem em anacronismos. Nesse sentido, utilizamos as terminologias pré-modernidade e modernidade para a análise das mudanças históricas sob a visão analítico-comportamental.

A diferenciação com o atual modo de vida surge, para Guerin (2017), pela centralidade do dinheiro como ferramenta social. Com o surgimento de sistemas sociais cada vez maiores, as pessoas passaram a viver a maior parte do tempo de suas vidas cooperando e interagindo com pessoas não próximas, ou seja, pessoas do trabalho, do comércio e da cidade. A vida que antes era vivida com um conjunto de pessoas com histórias e laços familiares comuns passa a ser repleta de interações com completos estranhos ou pessoas pouco conhecidas. “Isto significa que a onipresença do dinheiro como o principal recurso vital é a única coisa que mantém a maioria das pessoas em relações interpessoais longe dos membros da família” (GUERIN, 2017, p. 131, tradução nossa).

A intensificação do comércio dará origem ainda a uma condição geográfica de vida com grandes implicações para as relações interpessoais. As cidades, inicialmente pequenos centros de trocas, tornam-se um continente de homens e mulheres, desconhecidos em sua imensa maioria e frequentemente dedicados a projetos de vida não compartilhados uns com os outros, ao contrário, muitas vezes conflitantes com os interesses uns dos outros. É incomparável com a ‘limitada época da vida feudal’ a extensão do universo social em que está imerso o cidadão e as exigências que lhe são impostas para uma vida bem sucedida social e economicamente (TOURINHO, 2009, p. 40).

Para Guerin (2017), o principal problema das relações sociais modernas é a dependência que temos de uma gama de pessoas desconhecidas que necessitam umas das outras para adquirir recursos. O dinheiro é o principal reforçador arbitrário que serve como recurso essencial no capitalismo. Nesse sentido, a ideia de individualidade moderna e livre se mostra como uma ilusão, na medida em que temos que gastar muito mais energia para manter a enorme quantidade de relações com pessoas pouco conhecidas na teia social. A noção de individualidade moderna é sustentada pela ilusão de que o comportamento é livre e se assenta numa explicação de causalidade interna (SKINNER, 2003). Todavia, mostra-se evidente que o nosso comportamento está sob o controle ambiental complexo, em especial devido ao aumento de

entrelaçamento entre contingências em um ambiente de práticas culturais com um número crescente de pessoas. Ou seja, temos que nos preocupar em receber valorização de pessoas não conhecidas, manter a reputação e nos atentarmos às mudanças das práticas culturais. Comportar-se em função de reforço a longo prazo e manter o foco em uma miríade de novas informações que surgem nos grandes grupos também são exemplos do quão interligados nós somos. A relação que temos com esse grande número de pessoas é regida por regulações abstratas, tais como leis e códigos morais, mas não são comparáveis à responsabilidade e autorregulação dos membros familiares que se conhecem bem (GUERIN, 2017).

Nesse sentido, percebe-se um maior entrelaçamento de contingências entre pessoas nas sociedades modernas que, por sua vez, são mantidas principalmente pelo reforço arbitrário do dinheiro (PEROSSO, 2019). Um dos principais custos da industrialização e do surgimento do capitalismo financeiro para a subjetivação humana parece ter sido o aumento de comportamentos sob o reforço arbitrário, tais como status, posição social, acumulação de capital e etc. Para reger esse novo modelo de produção de capital, mecanismos de regulação foram desenvolvidos. Surge uma nova demanda administrativa cada vez mais necessária para poder organizar a vida urbana. Para Weber (1947, apud GERIN, 2017), a burocracia é a ferramenta utilizada para regular a enorme complexidade das relações humanas.

Guerin (2017) defende que a partir do século XX surge o conceito sociológico de um “Outro generalizado”. Esse conceito seria lido como um padrão comportamental generalizado que as pessoas passaram a adquirir ao longo do desenvolvimento econômico e histórico. As demandas das novas formas de relação social exigiram que o tempo fosse gasto em função de vários esquemas de reforçamento arbitrários e condicionados. Ao mesmo tempo, menor esforço deveria ser destinado à aprendizagem de habilidades sociais específicas para relacionar-se com cada indivíduo dos grandes grupos. Em vez disso, um repertório generalista para lidar com as muitas pessoas que um indivíduo interage ao longo da vida seria selecionado. Dessa forma, Guerin (2017) argumenta que a sensação de ansiedade generalizada acomete, em maior ou menor grau, a todos os indivíduos modernos. A complexa rede de pessoas que estão conectadas umas às outras e que não se conhecem é o fator que influencia na generalização do medo do futuro. Ou seja, as consequências das nossas ações são mediadas pelo comportamento de muitas pessoas desconhecidas e o inverso disso também se faz verdade. Dessa forma, nosso comportamento está sob um “controle abstrato” (GUERIN, 2017).

Essa complexa rede de comportamentos entrelaçados pode ser um fator que influencia no surgimento de queixas de ansiedade. Há o sentimento de incerteza quanto ao futuro devido à grande exposição a estímulos que anunciam possibilidades aversivas. As novas demandas de

um indivíduo moderno pressupõem a realização de aspirações e, para tal, é necessário interagir com uma complexidade de arranjos sociais e econômicos. Segundo Rose (1999 apud GUERIN, 2017), os campos da psiquiatria e da psicologia foram criados para lidar com os casos nos quais o contexto dos comportamentos não era mais obviamente entendido.

Tourinho (2009) exemplifica que em sociedades feudais, a subsistência dependia da relação com familiares, seja para alimentação, seja para proteção frente a ameaças da natureza. No caso da modernidade, o indivíduo, para consumir qualquer produto, não depende tanto da sua relação familiar, mas sim da função de milhares de desconhecidos que compõem várias cadeias de produção. Além disso, também está sob a determinação de leis de uma estrutura financeira que organiza a produção das empresas. De maneira geral, conforme Elias (1994 apud TOURINHO 2009), passamos gradualmente a ter relações de interdependência com uma rede gigantesca de pessoas. No entanto, devido ao distanciamento entre a noção de indivíduo moderno e sociedade, um efeito contrário acontece: a percepção de que o sujeito existe de modo autossuficiente. “Diante disso, entendemos que com o advento da sociedade moderna, que trouxe como cerne o individualismo, a compreensão do comportamento humano seja do ponto de vista científico ou leigo relaciona-se a ideia de um eu iniciador” (PEROSSI, 2019, p. 79).

A coesão dos grupos rompe-se à medida que perdem suas funções protetoras e de controle. E, nas sociedades estatais maiores, centralizadas e urbanizadas, o indivíduo tem que batalhar muito mais por si. A mobilidade das pessoas, no sentido espacial e social, aumenta. Seu envolvimento com a família, o grupo de parentesco, a comunidade local e outros grupos dessa natureza, antes inescapável pela vida inteira, vê-se reduzido. Eles têm menos necessidade de adaptar seu comportamento, metas e ideais à vida de tais grupos, ou de se identificar automaticamente com eles. Dependem menos deles no tocante à proteção física, ao sustento, ao emprego, à proteção de bens herdados ou adquiridos, ou à ajuda, orientação e tomada de decisão. Isso acontece, a princípio, com grupos limitados e especiais, mas se estende gradualmente ao longo dos séculos, a setores mais amplos da população, até mesmo nas áreas rurais. E, à medida que os indivíduos deixam para trás os grupos pré-estatais estreitamente aparentados, dentro de sociedades nacionais cada vez mais complexas, eles se descobrem diante de um número crescente de opções. Mas também têm de decidir muito mais por si. Não apenas podem como devem ser mais autônomos. Quanto a isso não tem opção. (Elias 1994, p. 102, apud TOURINHO, 2009, p. 42)

Ao passo que não apenas a mobilidade social, mas também a mobilidade espacial fora possível, podemos enxergar uma nova gama de comportamentos entrelaçados sob o controle de reforçamento arbitrário. Nesse sentido, à medida que surge a percepção de que o sucesso e a ascensão social dependem apenas do comportamento individual, competições e comparações tornam-se elementos constitutivos do repertório dos indivíduos. Em estudo acerca da ansiedade em estudantes, Oliveira e Duarte (2004) defendem que a motivação em gerar boa impressão nas outras pessoas está relacionada ao excesso de ansiedade em situações sociais de interação e

exposição. Dúvidas acerca de capacidades pessoais são cognições que influenciam diretamente o estado descrito como ansiedade.

Coelho e Tourinho (2008) definem que caso uma condição indique ao indivíduo que o estímulo será apresentado após a passagem do tempo, mas essa condição não elicia respostas de ansiedade e nem paralisa o organismo, isso significa que houve a aprendizagem de “espera”. Segundo esses autores, as nossas práticas culturais selecionam frequentemente a aprendizagem de espera em esquemas de reforçamento positivo, em especial em contingências de autocontrole. Coelho e Tourinho (2008) argumentam que a ansiedade, em muitos casos, pode ter relação com a dificuldade em aprender repertório de autocontrole frente a esquemas concorrentes nos quais há reforço imediato.

Muitas demandas e expectativas pessoais são construídas em nossa cultura tendo como base comparações irreais e competições num sistema de extrema desigualdade (NICO; LEONARDI; ZEGGIO, 2016). Nesse ponto, é importante salientar que manter um repertório de autocontrole visando reforçamento de maior grau a longo prazo parece compor práticas culturais inéditas da humanidade. Formar-se na escola, conseguir um diploma de graduação acadêmica, construir carreira sólida, criar uma reserva financeira para os filhos e etc. são exemplos de comportamentos cujo reforço é muito atrasado. Todavia, parece haver na contramão desses comportamentos, contextos concorrentes de reforçamento positivo de curto prazo cada vez mais presentes. O avanço das tecnologias proporcionou o contato de muitos seres humanos com reforçamento primário de maneira menos trabalhosa. Para muitas pessoas, há o acesso a alimentação rápida e calórica, bem como acesso a reforçamento intermitente com custo muito baixo de resposta, tal como no uso de aplicativos e telas eletrônicas.

De maneira geral, existem condições no mundo moderno que propiciam comportamentos impulsivos e que concorrem ao padrão de práticas culturais de longo prazo. Nesse sentido, “para um indivíduo que responde predominantemente sob controle de contingências imediatas (impulsividade) será mais provável que a sinalização do reforço atrasado se torne um evento com funções aversivas, capaz de gerar ansiedade” (COELHO; TOURINHO, 2008, p. 175).

Na contemporaneidade, não apenas o sucesso é derivado de características individuais, mas também o fracasso. Nesse sentido, práticas culturais que favorecem contingências aversivas ligadas ao fracasso tem como fundamento a propagação de descrições individualistas. Descrições de felicidade e até uma identidade subjetiva são atreladas ao poder aquisitivo, posses e status social. Assim, pode-se supor algumas das razões pelas quais jovens são mais afetados pela ansiedade. Pessoas antes da fase adulta podem ser mais expostas a contextos de privação

e competição, além de poderem entrar em contato com uma série de pré-aversivos que indicam as possibilidades de “fracasso” em situações ao longo da vida. Caso a pessoa jovem não apresente sinais de conquistas materiais ou simbólicas, supõe-se ser mais provável a reprovação social. Em contextos virtuais, comparações com padrões irreais são mais prováveis e podem propiciar maior ansiedade e medo de situações que se relacionam com fracasso.

A cultura competitiva ensina que o valor do indivíduo é encontrado na comparação com os demais. Assim, o indivíduo é instado a constantemente emitir um responder relacional de comparação entre seus atributos e aqueles possuídos pelos outros. Contudo, exatamente porque o padrão com o qual se comparam é irreal, embora massivamente circulante (o que dá uma falsa ilusão de realidade), seus atributos pessoais são, quase inevitavelmente, “menos que” o padrão da vida feliz, boa e “normal” (NICO; LEONARDI; ZEGGIO, 2016, p. 81)

Nesse sentido, as práticas culturais coercitivas e que promovem desigualdade estão associadas a maiores números de queixas de ansiedade.

### **3.2 COERÇÃO E DESIGUALDADES**

Conforme Moreira e Medeiros (2019), o controle aversivo se refere a contingências de reforçamento negativo, punição positiva e punição negativa. O componente central é a estimulação aversiva que é apresentada ao organismo, seja aumentando a frequência da resposta no reforçamento negativo, seja diminuindo a frequência em esquemas de punição. Para Skinner (2003), a punição não elimina o comportamento do repertório do organismo, somente suprime sua manifestação de forma temporária sob o custo da redução do que chamamos de felicidade. De maneira geral, o controle aversivo gera consequências colaterais tais como eliciação de respostas emocionais, fuga, esquiva e supressão condicionada (MOREIRA; MEDEIROS, 2019; NETO, et al. 2011). A literatura analítico comportamental pondera que a coerção não pode ser usada indiscriminadamente tal como se apresenta em muitas práticas culturais. Nesse sentido, existem críticas contra o uso desse tipo de controle devido aos seus efeitos deletérios, além de não retirar completamente do repertório do indivíduo o comportamento em questão (MOREIRA; MEDEIROS, 2019; SIDMAN, 2009; SKINNER, 2003). Por ter um efeito mais imediato no comportamento, além de ser menos trabalhoso quando comparado a esquemas de reforçamento positivo ou diferencial, o controle aversivo é muito utilizado.

Sidman (2009) argumenta que as consequências colaterais mais graves de uma sociedade coercitiva são reações associadas ao fenômeno de “supressão condicionada”. O autor usa como base o modelo experimental com organismos não humanos: condição na qual um rato aprende a pressionar a barra para ganhar comida em esquema de reforçamento intermitente.

Após o passar do tempo, no local onde o rato está, é emitido um som que precede um estímulo aversivo (choque). Após alguns emparelhamentos, há um condicionamento reflexo entre som e choque, gerando aumento da frequência cardíaca e sinais de estresse. Nessas condições, mostra-se uma grande redução de outros comportamentos basais do rato, em especial as respostas de pressionar a barra. Ou seja, não há associação direta entre o som e a suspensão de reforçamento positivo (comida ao pressionar a barra), mas mesmo assim se observa uma supressão drástica do comportamento voltado para recompensa. Mesmo ouvindo o som que precede caracteristicamente o choque, o rato poderia continuar a pressionar a barra, uma vez que ainda não sente o choque elétrico em seu corpo. Em vez disso, há uma diminuição de comportamentos observáveis e aumento de reações emocionais percebidas por sinais de ansiedade devido ao condicionamento aversivo.

Sidman (2009) defende que o modelo da supressão condicionada pode ser uma ferramenta para entendermos como a ansiedade está relacionada às práticas de uma sociedade regida por uma hierarquia coercitiva. “Porque a coerção social é tão predominante, a ansiedade severa produzida por sinais de aviso de punição, perda, fracasso ou embaraço inevitáveis também surge frequentemente em nossas interações cotidianas” (SIDMAN, 2009, p. 210). Os sinais que indicam que um choque inevitável está por vir provocam terror e pânico no indivíduo que passou por um condicionamento com funções semelhantes. O autor enfatiza exemplos do campo profissional tais como a punição de chefes contra subalternos, além de exemplificar situações em que códigos morais e o controle governamental são usados de modo a coagir os indivíduos. Em contextos grupais nos quais há o uso intenso de estimulação aversiva, há a promoção de relações interpessoais cada vez mais ríspidas e punitivas. Ou seja, segundo Sidman (2009), as práticas culturais coercitivas tem a capacidade de disseminar contingências aversivas que aumentam a probabilidade de mais pessoas agirem assim em outros contextos. As mudanças econômicas e tecnológicas têm papel importante em como a coerção se formata nos grupos modernos.

Conforme Perossi (2019), a vida automatizada contemporânea diminuiu imensamente as contingências que geram a necessidade de alguns comportamentos mediante uma aceleração da existência humana. Com o significativo avanço tecnológico e modelos de produção industrial, o ambiente cultural seleciona, para muitos grupos, comportamentos restritos e limitados. A vida automatizada, para Skinner (1986), é uma das razões pelas quais existe um distanciamento entre o ser humano e seu trabalho. Para o autor, há um aumento da alienação em sociedades ocidentais, o que seria entendido como um processo de distanciamento entre os comportamentos sociais e as consequências desses comportamentos. Ou seja, para Skinner

(1986), muitas pessoas passaram a se especializar em funções profissionais cada vez mais restritas, em especial após a revolução industrial. Nesse sentido, o processo de manufatura dá lugar à busca pelo lucro, o qual é alcançado por meio de uma cadeia de contingências entrelaçadas bem eficazes. Isso só é possível por meio de uma formação de indivíduos que consigam exercer funções programadas, deixando de lado variações comportamentais que possam atrasar a produção de riqueza. Essa tendência pode mudar ao longo dos próximos anos, mas ainda parece haver uma clara influência do modelo de produção industrial na vida moderna. Essa segmentação do trabalho alienado em funções muito específicas, para o autor, potencializa sentimentos de tédio, insatisfação e cansaço no mundo do trabalho. No intuito de compensar esses sentimentos que diminuiriam a frequência e intensidade do trabalho, há um arranjo de esquemas aversivos nos sistemas econômicos. “Trabalhar para evitar perder o emprego será inevitavelmente acompanhado de sensações de insatisfação, desânimo, infelicidade, tédio e pouca inclinação a agir [...]” (NICO; LEONARDI; ZEGGIO, 2016, p.59). O fator do desemprego em sociedades capitalistas e a desigualdade formam contextos que promovem reforçamento negativo do comportamento de trabalhar intensamente. Certamente, a ansiedade frente a diminuição do poder de consumo pode assombrar as pessoas que vivem em sociedades muito desiguais.

Além disso, na sociedade pós-moderna, a aceleração tecnológica promove repercussões também no modo como experienciamos o tempo (PEROSSI, 2019). Há uma expansão dos limites no mundo físico (globalização, estreitamento das práticas culturais entre países e aprimoramento logístico) e no mundo virtual (avanço em tecnologias de acesso à informação com algoritmos de reforçamento intermitente e interfaces cada vez mais rápidas). Essa conjuntura tem o potencial de desenvolver uma aceleração de processos psicológicos também. A hipervigilância, comportamento excessivo de buscar identificar novos estímulos discriminativos, está associada a estados de ansiedade. Isso envolve significativo gasto energético devido aos comportamentos incessantes de prestar atenção a uma miríade de informações. Não à toa, o repouso ou o “fazer nada” geram, cada vez mais, relatos de culpa, insegurança e comparações. Há possivelmente uma relação substancial entre a aceleração de processos econômicos e tecnológicos junto a hipervigilância (NICO; LEONARDI; ZEGGIO, 2011; PEROSSI, 2019).

A atenção pode ser entendida como processo normal e adaptativo. Nesse caso, pode-se entendê-la a partir de comportamentos que geram estímulos discriminativos mais eficazes e claros, alterando o comportamento do organismo (STRAPASSON, B. A.; DITTRICH, A, 2008). Em contingências aversivas condicionadas, há uma maior hipervigilância. Práticas

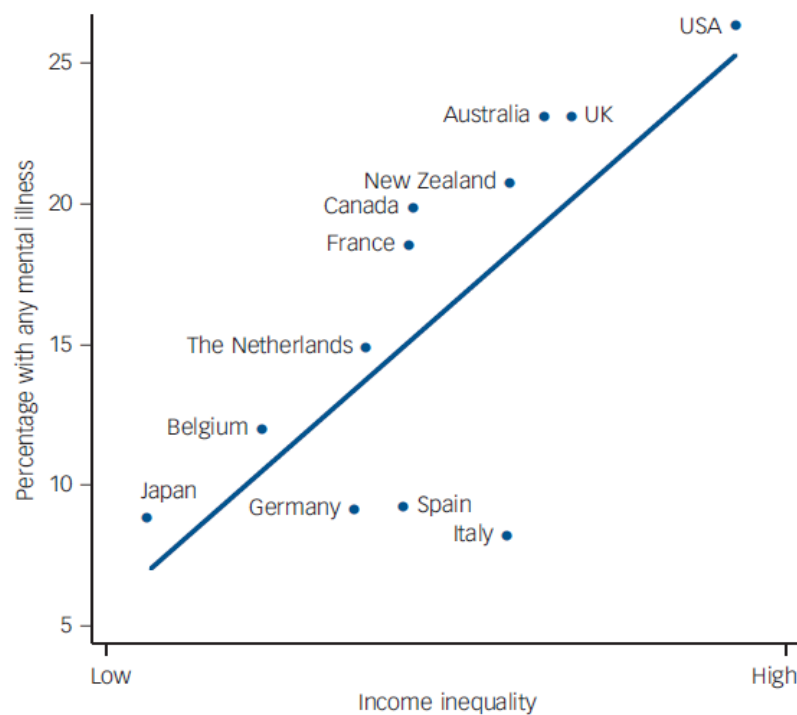
culturais coercitivas podem favorecer uma série de fenômenos ansiosos, em parte, por promoverem maior estimulação aversiva contra pessoas ao não acelerarem a frequência e intensidade do comportamento produtivo.

Em estudo comparativo, Pickett e Wilkinson (2010) usaram bases de dados da OMS para entender se existe correlação entre desigualdade de renda e transtornos mentais diagnosticados até 12 meses antes da coleta dos dados. Os resultados mostraram uma forte correlação entre esses dois fatores ( $r = 0.73$ ,  $P < 0.01$ ). Em especial, os transtornos de ansiedade representaram o maior subgrupo em todos estes países. A porcentagem de todas as doenças mentais que são transtornos de ansiedade é significativamente maior em países mais desiguais.

A nossa impressão é que uma maior desigualdade aumenta a competição e a insegurança de perda de status. A nível internacional e entre os 50 estados dos EUA, a desigualdade salarial está fortemente relacionada a baixos níveis de confiança, com uma vida comunitária mais fraca e com o aumento da violência. A saúde mental é profundamente influenciada pela qualidade e suficiência das relações sociais e todas estas medidas sugerem que ambas são prejudicadas pela desigualdade (PICKETT; WILKINSON, 2010, p. 427).

Os resultados da pesquisa de Pickett e Wilkinson (2010) são resumidos em gráfico 1.

**Gráfico 1** - Correlação entre desigualdade de renda e transtornos mentais



Fonte: Pickett e Wilkinson (2010, p. 427).

Em países ricos como Japão, Alemanha, Espanha e Itália, menos de um a cada dez pessoas foi diagnosticada com algum transtorno mental até 12 meses antes da pesquisa. Já na Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Reino Unido, foram mais de um a cada cinco pessoas diagnosticadas. Os Estados Unidos apresentaram uma taxa de mais de um indivíduo a cada quatro com algum transtorno mental (PICKETT; WILKINSON, 2010).

A desigualdade social pode favorecer o aumento de ansiedade em muitos países. Paskov, Gerxhani e Van de Werfhorst (2013) fazem uma discussão baseada nos coeficientes de Gini calculados a partir de dados da instituição de pesquisa social da União Europeia (*European Social Survey*). Foram coletadas informações de 36 países europeus entre os anos de 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010. Os dados empíricos analisados sustentam a hipótese dos autores de que a desigualdade de renda está positivamente associada à procura de status social e ansiedade. Além disso, os autores também defendem que a ansiedade por status afeta significativamente não só as pessoas mais pobres, mas também as pessoas ricas. A ansiedade por status pode ser definida como uma tendência de se preocupar constantemente com o status socioeconômico, levando a um padrão competitivo. Esse conceito é bem estudado na literatura socioeconômica e descreve preocupações sobre não atingir os padrões sociais de sucesso, ficar preso na posição social ou perder status (MELITA; RODRÍGUEZ-BAILÓN; WILLIS, 2023; PASKOV; GËRXHANI; VAN DE WERFHORST, 2013; PICKETT; WILKINSON, 2010).

Todavia os fenômenos sociais complexos contemplam nuances por serem multifatoriais. Melita, Rodríguez-Bailón e Willis (2023) realizaram dois experimentos com coleta de dados de estudantes espanhóis ( $n = 1117$ ). A partir dos dados, os autores não encontraram uma relação de causalidade direta entre a percepção de desigualdade de renda e a ansiedade por status. No entanto, por meio de análise exploratória, os autores defendem que a percepção de desigualdade é fator ansiogênico quando está acompanhada de preocupação com a possibilidade de perda de posição social. Quando há desigualdade, seja alta ou baixa, se existe a noção de que as posições sociais são mais estáticas, não há necessariamente um aumento proporcional de ansiedade por status. Esses resultados corroboram a hipótese de que grupos com alta volatilidade de posições sociais, associados a condições de vulnerabilidade aos mais pobres, é o que pode gerar mecanismos para um aumento da ansiedade por status. Ou seja, alta incerteza quanto à manutenção do status social associado a falta de recursos básicos como educação e saúde e maior violência contra os mais pobres promove correlação entre desigualdade e ansiedade. Desse modo, pode-se supor que o aumento de ansiedade psicopatológica tem sua seleção mediada por práticas culturais que aumentam a desigualdade e a volatilidade, intensificando também a percepção de possibilidade de perda de recursos básicos. Sentir-se ansioso devido à

possibilidade de crises financeiras, perda de emprego e instabilidades políticas parecem compor parte de contingências entrelaçadas na nossa sociedade de produção capitalista. Essa relação pode se intensificar quando há maiores chances de haver exposição à violência e falta de acesso aos serviços de saúde e educação.

Além das desigualdades econômicas, é importante ressaltar que existem outros modos de disparidade, tais como as que incidem contra minorias sociais. Essas outras formas de desigualdade podem guardar uma relação com o acesso a recursos financeiro, todavia são diferentes pois tem características próprias ligadas ao preconceito (QUEIROZ, 2023). Francisco et. al. (2020), em revisão integrativa, conclui que pessoas da comunidade LGBT tem maior risco de apresentarem sintomas de ansiedade. Segundo os autores, isso decorre principalmente da maior ausência de apoio social e familiar. Backschat e Laurent (2023) identificam uma significativa falta de discussões e estudos sobre práticas culturais que afetam a saúde mental de pessoas do gênero feminino. A partir de pesquisa bibliográfica de artigos do campo da análise do comportamento, as autoras apontaram que as principais queixas femininas em saúde mental são transtornos de ansiedade e problemas de relacionamento amorosos. Dos 25 estudos analisados pelas autoras, apenas um contemplava uma análise do nível de seleção cultural dos comportamentos clinicamente relevantes para mulheres.

De maneira geral, podemos concluir que práticas culturais que geram desigualdades são mais propensas a serem compostas por contingências entrelaçadas mantidas por controle aversivo. Essa tendência analisada nos mostra o quão importante é que as análises funcionais dos comportamentos ansiosos sejam feitas considerando as práticas culturais.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A relação entre práticas culturais e ansiedade psicopatológica levanta uma discussão acerca de como entendemos a psicopatologia. Nesse sentido, os fenômenos psicopatológicos não apenas são influenciados pela seleção cultural, mas também são eles próprios parte de algumas práticas culturais (MATOS; FERREIRA, 2016). Por sinal, existe uma necessidade de mais estudos que explorem essa relação entre ansiedade psicopatológica e práticas culturais por meio de uma perspectiva analítico-comportamental (BACKSCHAT; LAURENT, 2020; BACKSCHAT; LAURENT, 2023). Mais pesquisas experimentais e estudos de análise contextual desse tema podem contribuir para medidas institucionais interventivas, tais como políticas públicas e formação de profissionais de saúde, contemplando a magnitude das práticas culturais na manutenção do comportamento ansioso.

Este trabalho buscou desenvolver uma análise a partir de fundamentos filosóficos do behaviorismo radical e base teórico-conceitual da análise do comportamento. Nesse sentido, buscamos entender como o nível de seleção cultural participa no surgimento e manutenção de comportamentos ansiosos psicopatológicos. Entendemos que foi possível responder à problemática central desenvolvida a partir dos objetivos específicos. Exploramos algumas práticas culturais associadas à ansiedade psicopatológica: modernidade, individualismo, coerção e desigualdades.

Por fim, destacamos a necessidade de mais estudos conceituais e empíricos que englobem as práticas culturais nas análises funcionais. Também se ressalta a necessidade de estratégias de intervenções em serviços de saúde mental que levem em consideração articulações políticas em função de criar condições para alteração de práticas culturais danosas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**. Washington, DC: American Psychiatric Association, 1952.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual de Diagnóstico e Estatístico de Distúrbios Mentais DSM III**. São Paulo: Manole, 1980.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual de Diagnóstico e Estatístico de Distúrbios Mentais: DSM-5-TR**. Washington, DC: American Psychiatric Association, 2022.

ANDERY, M. A. P. A. Comportamento e cultura na perspectiva da análise do comportamento. **Perspectivas**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 203-217, 2011. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S217735482011000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217735482011000200006&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 31 ago. 2023.

ASSAZ, D. F.; KOVAC, R.; OSHIRO, C. K. B.; Meyer, S. B. A terapia de aceitação e compromisso (ACT). In: ANTÚNEZ, A. E. A.; SAFRA, G. (Orgs.), **Psicologia Clínica: da Graduação à Pós-Graduação**. São Paulo: Atheneu, 2018, p. 105-112.

BACKSCHAT, L. de P. V.; LAURENTI, C. Um panorama da discussão sobre ansiedade nos periódicos nacionais de análise do comportamento. **Revista UNINGÁ**, Maringá v. 35, eRUR3411, p.1-18, 2020.

BACKSCHAT, L. de P. V.; LAURENTI, C. Análise gendrada de queixas clínicas: uma abordagem feminista de gênero. **Perspectivas em Análise do Comportamento**, [S. l.], p. 122–137, 2023. DOI: 10.18761/vecc01032023. Disponível em: <https://www.revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/981>. Acesso em: 18 jan. 2024.

BANACO, R. A. Técnicas cognitivo-comportamentais e análise funcional. In: KERBAUY, R. R.; WIELENSKA, R. C. (Orgs.). **Sobre comportamento e cognição: Psicologia comportamental e cognitiva: da reflexão teórica à diversidade da aplicação**. Santo André: Esetec, v. 4, 1999. p. 75-82.

BANACO, R. A; ZAMIGNANI, D. R; MEYER, S. B. Função do comportamento e do DSM: Terapeutas analítico-comportamentais discutem a psicopatologia. In: TOURINHO, E. Z; DE LUNA, S. V. (Orgs.). **Análise do comportamento: investigações históricas, conceituais e aplicadas**. São Paulo: Roca, 2010. cap, 8, p. 175-191.

BANACO, A. B. et al. Psicopatologia. In: Hubner, M. M. C; Moreira M. B. (Orgs.), **Temas Clássicos da Psicologia sob a Ótica da Análise do Comportamento**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012, p. 154-166.

CARRARA, K. Entre a utopia e o cotidiano: uma análise de estratégias viáveis nos delineamentos culturais. **Revista Psicolog**, v. 1, n. 1, 2008.

CARRARA, K.; ZILIO, D. Análise Comportamental da Cultura: Contingência ou Metacontingência como Unidade de Análise? **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, [S.l.], v. 11, n. 2, set. 2016. ISSN 2526-6551. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/view/1944>>. Acesso em: 31 ago. 2023. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v1i12.1944>.

CORCHS, Felipe. É possível ser um psiquiatra behaviorista radical? Primeiras reflexões. **Perspectivas**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 55-66, 2010. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S217735482010000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217735482010000100008&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 28 set. 2023.

COÊLHO, N. L.; TOURINHO, E. Z. O conceito de ansiedade na análise do comportamento. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 21, n. 2, p. 171–178, 2008.

COSTA, C. O. et al. Prevalência de ansiedade e fatores associados em adultos. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 68, n. 2, p. 92–100, abr. 2019.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre, 2000. Editora Artes Médicas do Sul.

FERREIRA, D. C. et al. A interpretação de cognições e emoções com o conceito de eventos privados e a abordagem analítico-comportamental da ansiedade e da depressão. **Perspectivas**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 70-85, 2010.

FLORSHEIM, D. B. Psicopatologia e Absolutismos: Universalismo, Objetivismo e Fundacionalismo na Saúde Mental. **Psicologia em Estudo**, v. 25, p. e45334, 2020.

FRANCISCO, L. C. F. DE L. et al. Ansiedade em minorias sexuais e de gênero: uma revisão integrativa. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 69, n. 1, p. 48–56, jan. 2020.

FROTA, I. J. et al. Transtornos de ansiedade: histórico, aspectos clínicos e classificações atuais. **J. Health Biol Sci**, Ceará, v.10, n.1, p. 1-8, jan. 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1361739>.

FRIMAN, P. C.; WILSON, K. G.; HAYES, S. C. Why behavior analysts should study emotion: the example of anxiety. **Journal of Applied Behavior Analysis**, v.31, n.1, p.137–156, 1998a.

FRIMAN, P. C.; WILSON, K. G.; HAYES, S. C. Behavior analysis of private events is possible, progressive, and nondualistic: A response to Lamal. **Journal of Applied Behavior Analysis**, v. 31, n. 4, p. 707-708, 1998b.

GUERIN, B. **How to rethink mental illness**: The human contexts behind the labels. New York: Routledge, 2017.

HENRIQUES, R. DA S. P. Classificação psiquiátrica: tensionamento atual entre realismo e nominalismo. **Physis** v. 31, n. 3, 2021.

KLEINMAN, A. Anthropology and psychiatry: The role of culture in cross-cultural research on illness. *The British Journal of Psychiatry*, v. 151, n. 4, p. 447-454, 1987.

LEONARDI, Jan Luiz. **Prática baseada em evidências em psicologia e a eficácia da análise do comportamento clínica**. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Instituto de

Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.47.2016.tde-27092016-154635. Acesso em: 2024-02-06.

LEONARDI, J. L., & VELASCO, S. M. Bases filosóficas da análise do comportamento e o desenvolvimento das terapias comportamentais. In: ANTÚNEZ, A. E. A., & SAFRA, G. (Orgs.). **Psicologia Clínica: da Graduação à Pós-Graduação**. São Paulo: Atheneu, 2018.

LIMA, A. N. de S.; CARRARA, K. Reforma Psiquiátrica Brasileira sob uma perspectiva comportamentalista: apontamentos para um possível diálogo. **Perspectivas em Análise do Comportamento**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 280–293, 2020.

MATOS, M. A. Análise funcional do comportamento. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 16, n. 3, p. 8–18, set. 1999.

MATOS, J. P. A.; FERREIRA, T. A. S. A cultura do diagnóstico e a emergência de subjetividades psicopatológicas. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*, v. 24, n. 4, p. 509-523, 2016.

MARCON, R. M.; BRITTO, I. A. G. S. Operações motivadoras e atenção social: Eventos relevantes para comportamentos-problema de esquizofrênicos. **Perspectivas**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 192-202, 2011.

MELITA, D.; RODRÍGUEZ-BAILÓN, R.; WILLIS, G. B. Does income inequality increase status anxiety? Not directly, the role of perceived upward and downward mobility. **The British journal of social psychology**, v. 62, n. 3, p. 1453-1468, 2023. Disponível em <<https://doi.org/10.1111/bjso.12641>>. acesso em 17 nov. 2023.

MOREIRA, M. B.; MACHADO V. L. S.; TODOROV, J. C. In: MOREIRA, M. B. (Orgs.) **Comportamento e Práticas Culturais**. Brasília: Instituto Walden4, 2013.

MOREIRA, M. B.; DE MEDEIROS, C. A. **Princípios básicos de análise do comportamento**. Artmed, 2019.

NETO, D. M. R. et al. Supressão condicionada: um modelo experimental para o estudo da ansiedade. **Perspectivas**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 5-20, 2011. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S217735482011000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217735482011000100002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 05 out. 2023.

NICO, Y.; LEONARDI, J. L.; ZEGGO, L.. **A Depressão como Fenômeno Cultural da Sociedade Pós-moderna**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2016.

OLIVEIRA, M. A.; DUARTE, Â. M. M. Controle de respostas de ansiedade em universitários em situações de exposições orais. **Rev. bras. ter. comport. cogn.**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 183-200, dez. 2004. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151755452004000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151755452004000200005&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 04 jan. 2024.

PASKOV, M.; GËRXHANI, K.; VAN DE WERFHORST, H. G. **Income inequality and status anxiety**. AIAS: 2013 (GINI paper discussion 90).

PEREZ, W. F. et al. Introdução à Teoria das Molduras Relacionais (Relational Frame Theory): principais conceitos, achados experimentais e possibilidades de aplicação. **Perspectivas**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 33-51, 2013.

PEROSSI, G. R. **Dimensões sociais da psicopatologia**: um estudo sobre a influência de práticas culturais. 2019. Dissertação (Mestrado) - Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem – FC, Faculdade de Ciências, Universidade Estadual de São Paulo, Bauru, 2019.

PICKETT, K. E.; WILKINSON, R. G. Inequality: An underacknowledged source of mental illness and distress. **The British Journal of Psychiatry**, v. 197, p. 426–428, 2010.

PONDÉ, M. P.. A crise do diagnóstico em psiquiatria e os manuais diagnósticos. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 21, n. 1, p. 145–166, jan. 2018.

QUEIROZ, V. H. M. **Como preconceitos são aprendidos**: uma perspectiva analítico-comportamental. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em Psicologia) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

ROSEMBERG, C. E. The tyranny of diagnosis: specific entities and individual experience. **The Milbank quarterly**, v. 80, n. 2, p. 237–260, 2002.

SAMPAIO, A. A. S. **A quase-experimentação no estudo da cultura**: análise da obra Colapso de Jared Diamond. 2008. 115 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SAMPAIO, A. A. S.; ANDERY, M. A. P. A. Comportamento social, produção agregada e prática cultural: uma Análise Comportamental de fenômenos sociais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 1, p. 183–192, jan. 2010.

SÉRIO, T. M. A. P. A concepção de homem e a busca de autoconhecimento: Onde está o problema? In: BANACO R. A. (Ed.), **Sobre comportamento e cognição**: Vol. 1. Santo André, SP: ARBytes, 1999, p. 209-216.

SIDMAN, M. **Coerção e suas implicações**. Tradução: ANDERY, M. A.; TEREZA, M. S. São Paulo: Livro Pleno, 2009.

SKINNER, B. F. Selection by consequences. **Science**, v. 213, p. 501-504, Jul. 1981.

SKINNER, B. F. What is wrong with daily life in the Western world? **American Psychologist** v. 41, n. 1 p. 568- 574, 1986.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. Tradução: J. C. TODOROV; R. AZZI. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

STRAPASSON, B. A.; DITTRICH, A. O conceito de "prestar atenção" para Skinner. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 24, n. 4, p. 519–526, out. 2008.

TOLEDO, T. F. N. de. **Debatendo a noção de metacontingência a partir da revisão e produção de dados experimentais**. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia Experimental) -

Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.47.2016.tde-04042016-151350. Acesso em: 2023-09-13.

TOURINHO, E. Z. A Produção de Conhecimento em Psicologia. **Psicologia, Ciência e Profissão**. v. 23, n. 2, p. 30-41, 2003.

TOURINHO, E. Z. **Subjetividade e relações comportamentais**. São Paulo: Paradigma, 2009.

TOURINHO, E. Z.. Notas sobre o Behaviorismo de ontem e de hoje. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 24, n. 1, p. 186–194, 2011.

VENTURI, C.. “Depressão, transtorno do pânico e fobia social são reais!”. Notas sobre essencialismo, pragmatismo e psicopatologia. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 25, n. 4, p. 644–667, out. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World mental health report: transforming mental health for all** ISBN 978-92-4-004933-8 (electronic version) Geneva, 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Depression and Other Common Mental Disorders: Global Health Estimates**. Geneva, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Manual de la clasificación estadística internacional de enfermedades, traumatismos y causas de defunción: sexta revisión de las listas internacionales de enfermedades y causas de defunción** Geneva, 1950.

ZAMIGNANI, D. R.; BANACO, R. A. Um panorama analítico-comportamental sobre os transtornos de ansiedade. **Rev. bras. ter. comport. cogn.**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 77-92, jun. 2005. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-55452005000100009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452005000100009&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 04 set. 2023.